

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**RODRIGO MARTINS RODRIGUES**

**A EMERGÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA NOS PROCESSOS POLÍTICOS  
EUROPEUS: PASSADO E PRESENTE**

**Porto Alegre**

**2018**

**RODRIGO MARTINS RODRIGUES**

**A EMERGÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA NOS PROCESSOS POLÍTICOS  
EUROPEUS: PASSADO E PRESENTE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Profa. Dra. Analúcia Danilevicz  
Pereira

**Porto Alegre**

**2018**

### CIP - Catalogação na Publicação

Martins Rodrigues, Rodrigo  
A emergência da extrema-direita nos processos  
políticos europeus: Passado e presente / Rodrigo  
Martins Rodrigues. -- 2018.  
76 f.  
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Europa. 2. Fascismo. 3. Extrema-direita. 4.  
Política Internacional. 5. Populismo de direita. I.  
Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

**RODRIGO MARTINS RODRIGUES**

**A EMERGÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA NOS PROCESSOS POLÍTICOS  
EUROPEUS: PASSADO E PRESENTE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Pereira Danilevicz – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dra. Sônia Maria Ranincheski  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, cabe aqui meus agradecimentos à instituição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de me graduar contando com um ensino público gratuito e de qualidade; da mesma maneira, à instituição da Faculdade de Ciências Econômicas e aos funcionários que a compõe. Agradeço, em particular, a Profa. Dra. Analúcia Pereira Danilevitz pela orientação desta monografia e pela disposição em assumir o tema que propus ao Trabalho de Conclusão; bem como, por todos os conselhos pertinentes que serviram de aprimoramento para a pesquisa. Agradeço também aos membros da banca examinadora, professor Paulo Visentini e professora Sônia Ranincheski, pela disponibilidade em avaliar este trabalho.

Agradeço, em especial, à minha mãe, Márcia, pelo apoio incondicional e por nunca ter permitido deixar os estudos, mesmo diante de todas dificuldades. Agradeço também à minha namorada, Sofia, por estar ao meu lado durante estes conturbados últimos anos de graduação, e por deixar de lado seus compromissos para auxiliar na árdua tarefa de revisar e corrigir este trabalho; juntamente à sua mãe, Mari, por todo seu incentivo e preocupação.

E por último, agradeço aos meus amigos de graduação, pelos bons momentos que tivemos durante estes cinco anos e pelos próximos que virão.

*“A história se repete, a primeira vez como  
tragédia, a segunda, como farsa”*

*Karl Marx*

## RESUMO

Esta monografia tem como tema a emergência dos movimentos de extrema-direita na Europa. Nela, será investigado o período histórico, marcado pela ascensão do fascismo no período entreguerras, até o século XXI, perpassando todo o intervalo da Guerra Fria. Na qual verifica-se as mudanças ocorridas dentro da extrema-direita para que se mantivesse até os dias atuais. Nesse sentido, é necessário relacionar o período entreguerras, identificando a ideologia do fascismo e seus condicionantes que possibilitaram sua ascensão durante a década de 1930, associando-os aos discursos dos movimentos e partidos de extrema-direita no pós-Guerra Fria, reconhecidos como “populistas de direita” na bibliografia europeia. Dessa forma, consegue-se explorar os possíveis resquícios do fascismo na extrema-direita atual, além de descobrir as causas da atual escalada de partidos políticos de extrema-direita e suas implicações para a democracia liberal.

**Palavras-chave:** Extrema-direita. Fascismo. Populismo de direita. Europa, Política internacional

## ABSTRACT

This paper approaches the topic of the rise of far-right politics in Europe. Throughout this work it is analyzed the historical context, centered in the interwar period, when it was observed the ascension of fascism, until the present days, passing through the Cold War period and verifying the changes that occurred in the far right politics in order to ensure its own survival. In this sense, it is necessary to connect/associate the interwar period (identifying the fascist ideology and determinants that made possible its rise during the 1930s) with the rhetoric of the extreme right-wing movements and its parties in the post-Cold War, now called “right-wing populism” in the european bibliography. Hence, abling the reacher to recognize the possible remnants of fascism in the current extreme-right wing movements, also discovering the causes of the current emergence of far-right political parties and their implications for liberal democracy.

**Keywords:** Far right. Fascism. Right-wing populism. Europe. International politics

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFD	– Alternativa para a Alemanha
CDU	– União Democrata-Cristã
CSU	– União Social-Cristã
FPÖ	– Partido da Liberdade da Áustria
MSI	– Movimento Social Italiano
NPD	– Partido Nacional Democrático da Alemanha
NDP	– Partido Nacional Democrata da Áustria
NSDAP	– Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães
PNF	– Partido Nacional Fascista
VDU	– Liga dos Independentes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 CONCEITUAÇÃO DE FASCISMO</b>	<b>15</b>
2.1 FASCISMO E ESPECTRO POLÍTICO	16
2.2 O CONTEXTO ENTREGUERRAS	19
2.3 O APELO ÀS MASSAS E O APOIO DOS INDUSTRIAIS	22
2.4 FASCISMO E MARXISMO	23
2.5 A IDEOLOGIA NO FASCISMO	28
<b>3 A EXTREMA-DIREITA PÓS-FASCISMO</b>	<b>34</b>
3.1 AS TRÊS ONDAS DA EXTREMA-DIREITA DURANTE A GUERRA FRIA	35
<b>3.1.1 A primeira onda</b>	<b>35</b>
<b>3.1.2 A segunda onda</b>	<b>37</b>
<b>3.1.3 A terceira onda</b>	<b>39</b>
3.2 ASPECTOS DA TRANSIÇÃO DO FASCISMO PARA O POPULISMO DE DIREITA	42
<b>4 A EXTREMA-DIREITA NO SÉCULO XXI</b>	<b>52</b>
4.1 A CRISE DO ESTABLISHMENT E SEUS CONDICIONANTES	53
<b>4.1.1 Condicionante econômico: a Crise de 2008</b>	<b>54</b>
<b>4.1.2 Condicionantes sociais : Imigrações e Modernidade</b>	<b>57</b>
4.2 IMPACTOS ELEITORAIS CAUSADO PELAS CRISES	62
4.3 A AMEAÇA À DEMOCRACIA LIBERAL	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como contexto a recente ascensão do discurso extremista de direita que se observa, não somente no continente europeu, mas também em um âmbito global. Ademais, tendo-se em vista que a Europa ainda ocupa um lugar de relevância no Sistema Internacional — devido à sua influência como polo de poder nas Relações Internacionais — uma mudança na ordem política vigente nos Estados deste continente poderia gerar certas rupturas, tanto economicamente como socialmente, em toda a esfera ocidental. O extremismo político com ênfase em conceitos como o ultranacionalismo, já fora experienciado pela Europa anteriormente, ocasião na qual gerou-se resultados catastróficos. Essas experiências tiveram impacto tanto nos Estados europeus, como no Sistema Internacional, o qual acabou passando por uma reorganização, devido às consequências da Segunda Guerra Mundial, guerra que tem como uma das principais causas os questionamentos antissistêmicos feitos pelos Estados fascistas de então (VISENTINI, 2000).

No que tange à justificativa acadêmica, atualmente observa-se uma possibilidade de reemergência do extremismo de direita, em um continente que historicamente, demonstrou-se sensível a projetos políticos deste tipo. Este cenário, no qual se prevê uma ruptura do *establishment* caso concretizado, suscita uma maior vigilância acadêmica sobre o assunto. Para isso, tenta-se identificar os projetos políticos que estão em processo de formação e consolidação, ainda que se demonstrem difusos, devido às divergências entre si (ARZHEIMER, 2018). Atualmente, o assunto conta com extensa bibliografia, dada a vigilância acadêmica levantada por Griffin (2008), que permite analisar não somente os movimentos de extrema-direita ao todo, como as emergências regionais de partidos identificados com esta. Contudo, estes materiais estão majoritariamente em língua inglesa, mostrando-se necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema em trabalhos de língua portuguesa, nos quais analisa-se e tenta prever possíveis desdobramentos caso esses atores venham a alcançar o poder.

Esta monografia se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as causas do protagonismo da extrema-direita nos processos políticos europeus e qual a relação desta extrema-direita com o fascismo histórico? Partindo deste princípio, o trabalho será construído a partir de um objetivo principal e três secundários. O objetivo principal consiste em analisar a emergência de partidos políticos de extrema-direita na Europa Ocidental — tanto em países com histórico de regimes fascistas, como em Estados de tradição liberal — e

as suas implicações tanto para a política continental, quanto para a democracia liberal. Junto a isso, têm-se como objetivos secundários: (i) discutir as definições de fascismo e extrema-direita, as características que definem ambos os conceitos (tais como o *antiestablishment*, etnocentrismo e o ultranacionalismo); (ii) analisar historicamente os condicionantes que permitem esse modelo político emergir, tanto durante o período entreguerras, como posterior à Segunda Guerra Mundial; e (iii) buscar o grau de relação entre o fascismo da década de 1930 e as diversas manifestações políticas identificadas como extrema-direita a partir do final da Guerra Fria.

Diante disso, as hipóteses de pesquisa propostas são: A partir da crise sistêmica no pós-Guerra Fria — mais acentuada com a crise econômica iniciada entre 2007 e 2008 — provocou-se uma situação na Europa análoga (ainda que em menor grau) à ocorrida durante as décadas de 1920 e de 1930. Em outras palavras, a ideia defendida é que a instabilidade política internacional, fruto da pós-industrialização, provoca crises econômicas e sociais que suscitam uma nova onda de extremismo de direita no continente europeu, capitaneada pelo fortalecimento de partidos políticos agora identificados como “populistas de direita”. A segunda hipótese é que: A atual extrema-direita possui algum grau de relação com os regimes fascistas da década de 1930, e nesse sentido poderia representar relativa ameaça à democracia liberal, diante do enfraquecimento da direita tradicional e da esquerda pós-materialista.

A metodologia utilizada neste trabalho é dedutiva, partindo de um escopo mais amplo para o entendimento de questões mais específicas. Dessa forma, será realizada uma revisão bibliográfica qualitativa para buscar os resultados específicos que concernem à pesquisa, operacionalizando o conceito de extrema-direita e fascismo, dentro do âmbito de teoria política e da historiografia conceituada no assunto. O trabalho se utilizará de fontes primárias e secundárias, para realizar uma análise política e econômica, tanto do contexto histórico, quanto do atual, no que tange aos Estados europeus a partir do século XX. Também será feito uma exposição de resultados eleitorais, de forma a embasar os argumentos que identificam a emergência de determinados partidos políticos nos países europeus.

O trabalho inicia-se com uma revisão dos conceitos chave como extrema-direita e fascismo a partir de suas concepções iniciais da década de 1930; tendo-se o entendimento de que o projeto político da extrema-direita atual não representa nada de novo, tratando-se apenas de uma nova roupagem para o velho fascismo, o qual surgiu na Europa durante a primeira metade do século XX e caracteriza-se por ser um movimento que, de tempos em

tempos, ressurgem em meio as crises, mais especificamente diante de crises das democracias liberais. Tendo-se em vista estas premissas, o primeiro capítulo deste trabalho, visa identificar a ideologia fascista e o contexto no qual permitiu que ele se originasse durante o início do século XX. Bem, como identificar as premissas e características das ideologias fascistas originárias.

Com a derrota dos Estados fascistas após o fim da Segunda Guerra Mundial, a extrema-direita antissistêmica e questionadora da democracia liberal, perdeu seu protagonismo, permanecendo marginalizada em meio ao pensamento conservador de tal forma que a levou a uma adaptação à nova ordem mundial. Isso é abordado no segundo capítulo, no qual busca estabelecer o elo entre a extrema-direita do pós-guerra e o fascismo da década de 1930, discutindo os meios para realizar adaptação do discurso extremista, necessária ao novo contexto político e econômico mundial. Nele, aborda-se o espaço de 1945 até o fim da década de 1980. Período o qual é caracterizado pelo surgimento do terrorismo de direita (protagonizado principalmente por *skinheads*) e eleições de parlamentares de extrema-direita. Estes acontecimentos são tidos como consequência direta das crises econômicas originadas no capitalismo pós-industrial a partir de choques do petróleo e do deterioramento do estado de bem-estar social, bem como uma reação ao projeto político neoliberal, somada a argumentos reacionários à “*new left*”, surgida durante os eventos de 1968 (VISENTINI, 2000; VON BEYME, 1988).

Após a contextualização histórica e conceitual de fascismo, o terceiro capítulo se propõe a estabelecer os condicionantes e motivações da extrema-direita atual. Esse ressurgimento de partidos políticos extremistas pode ser sentido até mesmo nos principais países da União Europeia, como na França, e Alemanha e, em especial, na Áustria e Itália (onde os atuais governos possuem coalizões com partidos de extrema-direita). Todos esses partidos vêm ganhando terreno na Europa desde o final da década de 1980, momento caracterizado por ser o primeiro em que os partidos extremistas de direita tiveram a oportunidade de participar dos parlamentos europeus desde o fim da Segunda Guerra Mundial (GRIFFIN, 2008). Concomitante, com a presença de tais partidos nos parlamentos, as adversidades econômicas e sociais após a crise econômica iniciada entre 2007 e 2008 e a consequente crise da dívida dos Estados europeus em 2011 (a qual levou a Europa a uma política de austeridade) contribuíram ainda mais para o fortalecimento do discurso de extrema-direita dentro dos partidos denominados “populistas de direita”. Nesse mesmo

sentido, ganhou ainda mais impulso a partir de 2015 com a crise de refugiados, resultando numa conjuntura em que esses ideais têm adquirido uma popularidade sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial (HALLA, 2016; FUNKE, 2016).

Atualmente, quase todos os países da Europa ocidental possuem representantes de extrema-direita no parlamento, o que confirma a tendência deste movimento caracterizado pelo euroceticismo (aversão aos ideais da União Europeia e sua integração), xenofobia e nacionalismo nativista (devido às políticas anti-imigração e anti-refugiados). Também não se deve ignorar a chegada dessas mesmas tendências ao próprio Parlamento da União Europeia (MUDDE, 2007;LECONTE, 2016). Em última instância, o trabalho se desfecha com um ensaio acerca das causas mais estruturais relacionados com o modernismo e as possibilidades de esvaimento do modelo democrático liberal

## 2 CONCEITUAÇÃO DE FASCISMO

Neste capítulo, tem-se como objetivo identificar e caracterizar as ideias comuns aos regimes fascistas, de forma a relacionar o período do início do século XX com a situação atual que se apresenta na Europa. Para isso, avalia-se o contexto do sistema capitalista, entre o fim do século XIX e o início do século seguinte. Nesse sentido, serão abordadas: (i) a questão do posicionamento espectro político do fascismo, (ii) A relação do fascismo com conservadorismo e o marxismo e (iii) as bases teóricas e ideológicas do fascismo.

O termo “fascismo” ao contrário do que popularmente se pensa, não se refere somente aos fenômenos ocorridos na Itália e Alemanha durante o início do século XX, mas a um movimento cíclico que ressurgir sempre que o capital financeiro não consegue mais manter o equilíbrio do sistema econômico através da democracia liberal. Dessa forma, Visentini (2000) elucida como o fascismo surge a partir de um contexto de crise do sistema democrático liberal, evento constatado na década de 1920, e acentuado em 1929, com o início da Grande Depressão. Entretanto, destaca-se que esse evento foi apenas o estopim para sua chegada ao poder, considerando-se que as ideias fascistas estavam enraizadas em toda Europa — em maior ou menor escala — desde o século XIX. Projeto político que se desenvolveu a partir do contexto do imperialismo, das revoluções industriais e das mudanças nas relações sociais que vinham acontecendo na Europa (VISENTINI, 2000).

Poulantzas (1978) afirma que o fascismo não foi apenas um episódio político atípico na história recente. O fascismo deve ser entendido como um regime de exceção, o que, no entanto, não o qualifica como uma forma patológica de Estado, no sentido de eventos políticos “acidentais”, exclusivos de certas nações. Ademais, o autor adverte que a negligência em identificar este movimento político no momento de sua origem pode, justamente, acarretar sua ascensão inesperada, tal como ocorrera durante o início do século XX.

Em consonância, o autor enuncia:

Quanto a atualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos — como aliás, os outros regimes de exceção — não são fenômenos limitados no tempo. Podem muito bem ressurgir atualmente, mesmo nos países da área europeia, na medida em que se assiste a uma crise grave do imperialismo, crise que atinge o seu próprio centro. O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo hoje mesmo que, provavelmente não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado (POULANTZAS, 1978, p.65).

Coloquialmente, o termo “fascismo” é aplicado para caracterizar movimentos políticos ligados ao ultranacionalismo, os quais proclamam-se comprometidos com os interesses da nação e possuem discursos hostis, direcionados tanto à esquerda revolucionária quanto para a direita conservadora (PASSMORE, 2002). Então, para determinar com mais profundidade o conceito de fascismo, é necessário primeiro identificá-lo no espectro político dividido entre direita e esquerda. Ignazi (2003) afirma que a crise da democracia liberal, a globalização e as novas reflexões sociais, desintegraram as noções tradicionais de direita e esquerda.

O questionamento acerca da divergência dos termos “direita” e “esquerda” não é novidade, em 1842, 50 anos após a introdução da dicotomia direita e esquerda, no *Dictionnaire du Politique* constatou-se que “essas divisões antigas entre direita e esquerda perderam o seu valor” (CRAPEZ, 1998<sup>1</sup> *apud*IGNAZI, 2003, p.4). Através do século XIX e XX surgiram repetidamente as mesmas dúvidas sobre a validade dos termos “direita” e “esquerda”. Entretanto, o criticismo feito acerca destes termos se referem a crescente complexidade da realidade da sociedade e dos conflitos políticos e não a necessidade de abandono dessas classificações (IGNAZI, 2003).

## 2.1 FASCISMO E ESPECTRO POLÍTICO

O espectro político entre direita e esquerda normalmente fornece às massas o entendimento de determinada ideologia e determina a identificação da população com ela. Segundo dados de Ignazi (2003, p.9), cerca de 85% dos europeus reconhecem a dimensão da esquerda e direita. De acordo com essa interpretação, direita e esquerda são ferramentas empregadas para reduzir a complexidade eleitoral, oferecendo de alguma forma um panorama identificável para o cidadão médio. Portanto, entende-se que, quando o sistema multipartidário oferece múltiplas alternativas de escolhas e ideologias, a simplificação e adequação destas, no espectro direita e esquerda, é necessária (IGNAZI, 2003).

Durante a Revolução Francesa, a esquerda era conhecida como a ala que visava maiores mudanças políticas, especialmente no que tange a defesa do republicanismo no cenário absolutista da França. A direita por sua vez, era a ala que propunha o tradicionalismo dos privilégios da época, composta por monarquistas, católicos e contrarrevolucionários (BERTONHA, 2008). Ademais, as palavras “direita” e “esquerda” se referem, basicamente, a

---

<sup>1</sup> CRAPEZ, Marc. De quand date le clivage gauche/droite en France?. *Revue française de science politique*, p.42-75, 1998.

posição dos assentos dentro da *Assemblée Constituante*, onde seria decidida a aprovação do fim do veto do Rei, em 29 de agosto de 1789. Os que sentavam-se à esquerda do parlamento eram os cidadãos a favor do fim do veto, sendo caracterizados como mais progressistas; os sentados à direita eram contra, sendo assim, mais conservadores. Essa dicotomia, nascida na França revolucionária, ultrapassou a sua concepção inicial, passando a ser usada na teoria política (IGNAZI, 2003).

Com o advento das ideologias marxista e anarquista, o conceito de esquerda tomou novos rumos para além do republicanismo radical da França, obtendo a adesão na sua base de apoio, os trabalhadores populares, tanto operários, quanto camponeses (BERTONHA, 2008). Enquanto isso a direita, independente do contexto, manteve-se sempre avessa às revoluções e aos movimentos de rompimento com determinados privilégios. Konder (1977) reforça o ponto de vista de que a direita, como ideologia, é intrinsecamente conservadora. Conservadorismo, no que lhe concerne, nem sempre significa um tipo de política que visa apenas a manutenção do *status quo* de um regime; conservadores podem visar a mudança, todavia, com um viés e formas diferentes.

A mudança proposta pelos conservadores, normalmente acontece através de um conjunto de manobras político-partidárias graduais, que visam a manutenção de privilégios das classes dominantes. Essas manobras podem até mesmo envolver as massas, como ocorre no fascismo (porém, de forma mais reacionária), levando a uma radicalização que, apesar de tudo, vai ao encontro da preservação dos privilégios das classes dominantes (KONDER, 1977). Segundo Von Beyme (1988), o que difere os fascistas dos conservadores, está no quesito de que; os conservadores tradicionais buscam manter o *status quo*, enquanto os militantes de extrema-direita ou fascistas, visam restaurar o *status quo ante*, ou seja, retornar ao estado das coisas anteriores. O retorno ao *status quo ante*, também necessita de um segundo critério: a restauração desejada, se necessário, deve ser conquistada através do uso da força e da vontade — seja pelas massas ou pelas forças militares (VON BEYME, 1988). Griffin (2008) entende o fascismo como sendo uma ideologia caracterizada como última instância do reacionarismo, consistindo em uma radical contraposição a todos os movimentos progressistas e marxistas. Em sua teoria, define esse anseio como “*palingenesis*” — palavra grega que significa, em tradução literal, “nascimento novamente”. Ademais, compreende o

mito do “renascimento nacional<sup>2</sup>” como sendo uma das bases do fascismo e o núcleo de todas as suas manifestações, e que sem esse mito, não seria possível a existência do fascismo (GRIFFIN, 2008). Von Beyme (1988) compreende que comprometimento dos fascistas com a restauração do *status quo ante*, pode ser levantado como uma “revolução conservadora”, mesma nomenclatura utilizada para identificar a ascensão do nazismo durante a República de Weimar.

Dados estes aspectos, a concepção mais aceita é de que o fascismo é produto da direita, o qual nasce quando a legitimidade dos ideais burgueses e da democracia liberal é questionada, em razão de crises político-econômicas. Konder (1977, p.5) resume isso em uma frase: “o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie”. Esta percepção é apoiada por outros autores, como Barros (1969) e Paxton (2007), os quais veem a viabilização do fascismo relacionada ao apoio advindo das elites industriais ao se verem ameaçadas frente ao crescimento do marxismo e das instabilidades políticas no período de crises. Também é visto como uma reação radical a ascensão do socialismo na Europa ocidental durante o início do século XX. Essa reação radical dá ao fascismo a concepção de extremismo, mais especificamente do extremismo de direita (NOLDE, 1971; POULANTZAS, 1978; GRIFFIN, 2003).

No entanto, alguns fascistas e neofascistas, como o próprio Mussolini, negaram a participação do fascismo no espectro da direita, devido sua identificação com o conservadorismo, além de rejeitar a aplicação da tradicional dicotomia em seu movimento (IGNAZI, 2003).

Como afirmou o próprio Mussolini (1922<sup>3</sup>):

Fascismo, sentado à direita, também poderia estar sentado na montanha do centro... Estas palavras, de qualquer caso, não tem um significado fixo e imutável: elas têm um assunto variável em localização, tempo e espírito. Nós não damos a mínima para essas terminologias vazias e desprezamos aqueles que são aterrorizados por essas palavras (*apud*GENTILE, 2005, p.205).

Entretanto, cabe enfatizar a diferença entre o fascismo do discurso e, o da prática. O movimento fascista ideológico se autoproclamava anti-burguês, anticapitalista, revolucionário e secular, enquanto o regime fascista manteve-se pró-capital clerical e conservador. O

---

<sup>2</sup> O renascimento nacional serviria para livrar a nação de sua decadência e promover a volta “dos tempos áureos” que esta nação supostamente teria vivenciado (GRIFFIN, 2008).

<sup>3</sup> MUSSOLINI, Benito. Passato e avvenire. **Il popolo d'Italia**, v. 21, p.160-161, 1922.

discurso anticonservador dos fascistas foi sempre uma tendência menor dentro do fascismo, tanto na Itália quanto nos outros movimentos e regimes fascistas (IGNAZI, 2003).

## 2.2 O CONTEXTO ENTREGUERRAS

O cenário de antagonismo entre imperialismo e marxismo no início do século XX foi de suma importância para o acirramento de contradições entre conservadores e progressistas. Essa polarização, juntamente às contradições encetadas pela Primeira Guerra Mundial, transformaram a Europa em um ambiente ideal para o levante reacionário que culminou no surgimento do projeto político fascista (PAXTON, 2007). Desde o século XIX, havia uma crise iminente que vinha a ser construída através de profundas incongruências existentes nas práticas imperialistas das nações europeias, as quais acabaram por incitar disputas territoriais em todo o planeta. Estas disputas territoriais resultaram na Primeira Guerra Mundial, na qual lutaram Estados que questionavam a partilha do mundo feita pela Inglaterra e seus aliados.

A Primeira Guerra Mundial foi um evento de absoluta destruição, caracterizado por uma mortandade em escala industrial e ter alterado toda a ordem política estabelecida na Europa (NOLDE, 1971). Após o conflito, a crise econômica provocada pela guerra passou a instigar nacionalistas nos países derrotados — os quais se encontravam absolutamente destruídos, tanto economicamente quanto moralmente. Esse cenário resultante mostrou-se propício para a ascensão de projetos políticos que seriam diferentes dos já conhecidos pela burguesia, o marxismo e o fascismo. Esse último, quando julgou-se oportuno, foi utilizado como instrumento da burguesia europeia para se sustentar em meio ao caos econômico e institucional em que suas nações se encontravam (NOLDE, 1971).

No contexto alemão, o fascismo como ideologia começou a ser notado através do terrorismo sistemático contra militâncias de esquerda, durante o frágil e instável período da República de Weimar. Nesse sentido, conquistou os interesses da burguesia da Bavária que na época temiam uma ascensão do comunismo na Alemanha, visto que nesta região já tinha sido vítima de uma tentativa de revolução em 1920 pelos soviets (VISENTINI, 2000).

Durante a década de 1920, os Estados Unidos contribuíram para reconstrução da Alemanha através da injeção de capitais no país e empréstimos para o pagamento do Tratado de Versalhes através do Plano Denver, visando conter quaisquer tendências comunistas, impossibilitando quaisquer chances de sucesso em uma revolução que surgiria a partir da instabilidade da República de Weimar. Desta forma, o governo alemão, durante algumas

crises — tal como a de 1923 que levou à reforma monetária alemã em 1924 — teve uma margem para recuperação e de reinvestimento na produção econômica, com objetivo de retomar a indústria do país e desenvolvê-la. Entretanto, com o *crash* da Bolsa de Nova York em 1929 e o estancamento do fluxo de capital estrangeiro para a economia alemã, provocou-se uma imediata crise econômica, durante a qual ocorreu uma concentração de capital, justamente em razão da economia voltada para fora. Esse aspecto característico da Alemanha de então, decorria das práticas típicas da década de 1920, conjuntamente com a desvalorização cambial e com a retomada da produção industrial pelo plano de recuperação alemão. Logo após seu início, a crise econômica se estendeu para a sociedade, provocando altos níveis de desemprego (devido à falta de demanda dos produtos produzidos na Alemanha), visto que o país não conseguia escoar sua produção nem mesmo para os países vizinhos, como consequência das práticas protecionistas destes mesmos (VISENTINI, 2000; DROZ e ROWLEY, 1988). Nem mesmo os empréstimos americanos ajudariam, tendo em vista que estes também foram atingidos e levados à falência. Este cenário acabou mergulhando a Alemanha em uma profunda crise.

A crise econômica ocasionou uma hiperinflação que praticamente destruiu o poder econômico da classe média, a qual foi rebaixada ao estado de proletariado — fato que provocou profunda insatisfação com o governo alemão, bem como com os estrangeiros. Os estrangeiros, durante as crises econômicas alemãs, eram de certa forma beneficiados, pois conseguiam comprar os bens da classe média facilmente, devido ao câmbio desvalorizado; fato que colaborou para a ascensão da xenofobia e do nacionalismo, sentimentos latentes na sociedade alemã, a que passaram a manifestar-se contra os povos oriundos do Leste — como russos, poloneses e judeus (VISENTINI, 2000; DROZ e ROWLEY, 1988).

O fascismo, de acordo com o tempo e local em que ressurge, assume uma nova faceta; porém seus valores de reafirmação do sistema capitalista e dos privilégios das classes dominantes, disfarçados de insatisfação com o *establishment*, permanecem inalterados. A ascensão do fascismo ao poder no século XX foi uma consequência direta da Primeira Guerra Mundial, uma vez que o efeito da guerra em sua expressão mais primitiva foi não outra senão o de promover a união de participantes da guerra (como veteranos, políticos, e outros estamentos sociais importantes) em defesa do sentido da existência deste conflito (NOLDE, 1971). Como em quase todas as oportunidades da história, o caos econômico ocorrido logo após a Primeira Guerra e as subsequentes crises econômicas das décadas de 1920 e 1930

levaram os países, como a Alemanha e Itália, a uma crise política, caracterizada por uma radical polarização entre esquerda e direita. A polarização foi de suma importância para a viabilização do projeto fascista — juntamente com as contradições instigadas pela Primeira Guerra Mundial. Os discursos calorosos e a forte campanha de propaganda, fizeram com que o fascismo ganhasse fácil e forte reconhecimento no meio social europeu, pois era visto pela população como a única força capaz de recompor o orgulho nacional (PAXTON, 2007).

No caso da Alemanha, a visão de restabelecimento da ordem pela via direitista “revolucionária” — que não estaria implicada em nenhum dos problemas pelos quais o país passava no momento — seria o caminho a seguir pelas massas. Por outro lado, de acordo com a visão da burguesia capitalista alemã, o Partido Nazista seria o único grupo político capaz de conter o avanço do Partido Comunista Alemão (RIBEIRO, 2000). Barros (1969) aponta a importância das classes dominantes na implementação do fascismo, argumentando que o apoio destas se deve a um temor acerca da capacidade dos estados democráticos em manterem as classes populares sob controle. Ele explica que, quando a crise econômica acomete os países capitalistas, os dirigentes da máquina capitalista, burgueses e proprietários do meio de produção (ao serem atingidos) terceirizam a crise para as camadas mais vulneráveis da sociedade — as quais são as classes produtoras do sistema capitalista. Em outras palavras: “Não diminuem os lucros, diminuem as despesas. Não cortam os dividendos, cortam salários. Não pagam menos aos altos funcionários, despedem os pequenos ” (BARROS, 1969, p.11). Dessa forma, o fascismo é financiado indiretamente pelas classes dirigentes do sistema capitalista. A partir do momento em que as massas passam a questionar o paradigma da democracia liberal e começam a se voltar para os ideais marxistas, as elites econômicas — com intenção de evitar um desmoronamento do capitalismo frente às crises e a ameaça socialista — se dispõem a agarrarem-se no fascismo como forma de manter o *status quo* de seus privilégios e o próprio sistema capitalista (BARROS, 1969).

No que tange a apreensão que as classes dominantes tinham da esquerda e da ascensão da classe trabalhadora — que, por sua vez, ocorria em todos os países da Europa — Paxton (2008) aponta que, durante o final do século XIX, os socialistas previam que o sufrágio universal acarretaria um maior número de votos para a esquerda, o que se provou parcialmente errôneo. De fato, o crescimento dos votos para os políticos de esquerda no meio político europeu motivava apreensão nos conservadores e previa-se que, se este ritmo de crescimento do apoio popular ao socialismo continuasse os socialistas iriam conquistar a

maior parte dos estratos baixos e médios da sociedade (entre eles, os pequenos burgueses e os camponeses) transformando os socialistas em uma força com capacidade decisiva nos países europeus (KONDER, 1977). Contudo, os teóricos socialistas, ao preverem a reação das classes dirigentes da máquina capitalista a esse levante socialista, não esperavam que este contra-ataque conseguisse, de alguma forma, conquistar o apoio das massas (PAXTON, 2007).

### 2.3 O APELO ÀS MASSAS E O APOIO DOS INDUSTRIAIS

A questão do apoio popular é algo frágil para as políticas de direita, pois a sua ideologia trata, essencialmente, da garantia dos interesses das classes dominantes, juntamente à luta constante pelo lucro privado, contribuindo para que a ideologia não possua nenhuma espécie de braço popular ativo e constante. As massas normalmente se unem, sob a tutela das classes dominantes, quando há alguma pauta específica que as mobiliza contra um inimigo comum, na ausência deste inimigo, as classes dominantes competem entre si para determinar qual grupo melhor representaria a defesa dos “interesses universais”. Essa competição por interesses individuais confere à direita pouca legitimidade no poder político, no qual ela acaba sendo amplamente questionada pelos mais diversos setores da sociedade (KONDER, 1977).

O fascismo nunca foi um movimento natural das massas, embora tenha raízes no sindicalismo, a sua mobilização ocorria através do forte investimento em propaganda objetivando conquistar não somente a burguesia, mas também os estratos mais baixos da sociedade. Nesse sentido, a propaganda nazista foi especialmente hábil em utilizar um discurso que, apesar de conservador em sua essência, empregava um dos mais modernos aparatos tecnológicos e propagandísticos para seduzir as massas, autoproclamando-se como a única salvação para a Alemanha e como um movimento moderno frente à política tradicional falida (RIBEIRO, 2000). Contudo, os fascistas, ainda que não se caracterizassem como um movimento de massas, sempre se mostraram favoráveis a adesão desse estamento na política, diferentemente de ideologias conservadoras e liberais; pois, não seria possível implantar o fascismo em uma sociedade despolitizada. A pretensão dos fascistas era, então, de disciplinar estas massas e energizá-las.

Nesse sentido, a implementação do sufrágio universal nas nações européias, justamente no período após a Primeira Guerra Mundial, foi uma medida de suma importância para a politização das massas (PAXTON, 2007). A base de apoio (ou as “massas”) que

compunham o movimento fascista era formada majoritariamente pela pequena burguesia (ou classe média), a qual havia perdido todo ou grande parte do seu patrimônio, se “proletarizando” após a Primeira Guerra Mundial. Com isso, as tradições políticas burguesas e sociais-democratas se fragilizaram na medida que grande parte do apoio destas classes médias desertaram dos partidos tradicionais para aderir ao marxismo ou fascismo após as consecutivas dificuldades econômicas (PAXTON, 2007).

É reconhecido que o fascismo se proclamou, inúmeras vezes, como sendo contrário ao capital financeiro globalizado. Entretanto, durante seus governos, foi notória a participação do empresariado na economia fascista; podendo citar casos como o da Fiat na Itália e os da Thyssenkrupp, da BMW e da Siemens na Alemanha. Esta relação íntima entre capital financeiro e o fascismo retoma novamente a discussão sobre o apoio das elites econômicas ao fascismo como forma de manter seus privilégios num cenário de crise (KONDER, 1977). O que é corroborado por Paxton (2007, p.49): "Os fascismos que conhecemos chegaram ao poder com o auxílio de ex-liberais amedrontados, tecnocratas oportunistas e ex-conservadores, e governaram conjuntamente a eles, num alinhamento mais ou menos desconfortável". Ou seja, o fascismo só pode existir como ideologia de governo por ter alcançado uma ampla base de sustentação e apoio políticos — conquistada através das mais diversas promessas.

## 2.4 FASCISMO E MARXISMO

O fascismo, por vezes, tinha uma certa relação com sua antítese marxista; uma hipótese levantada devido ao protagonismo das lideranças fascistas em movimentos sindicalistas e revolucionários antes Primeira Guerra Mundial. Isso se deve em muito a propaganda utilizada pelos fascistas para a distorção dos ideais de esquerda e socialistas, visando justamente excitar as massas operárias e afastá-las do ímpeto revolucionário. Nesse sentido, nota-se a grande participação de sindicalistas e ex-socialistas na origem do movimento fascista. Contudo, essa tendência não faz do fascismo um movimento mais próximo a esquerda e distante de direita. Conservadores, também teriam começado a despertar interesses pela obra de Marx, e através da utilização de elementos específicos do marxismo, passaram a distorcer e adequar-lhes aos ideais conservadores e nacionalistas, atraindo assim ainda mais apoiadores a causa fascista. Para isso, diversos conservadores e ex-socialistas

ajudaram a identificar os conceitos marxistas que serviriam para a direita neutralizar os ímpetus revolucionários do proletariado ascendente (KONDER, 1977; NOLDE, 1971).

Entre estes ex-socialistas, havia a figura de Mussolini, que apesar de ser o principal expoente do fascismo na Europa durante o início do século XX, na época anterior a Primeira Guerra Mundial não era um conservador, nem identificava-se com os conceitos de direita definidos acima. Até então, era um ávido leitor de obras marxistas, ideologia que herdou de seu pai (PAXTON, 2007). O termo fascismo, inicialmente concebido por Mussolini advém da palavra italiana *fascio*, que significa feixe. O *fascio* era o conjunto de amarras envoltas em um machado utilizado na Roma Antiga para subjugar opositores e inimigos da ordem pública. Nessa simbologia, o machado constituía o Estado forte, e essas amarras constituíam o povo. O termo *fascio* teve grande ascensão na Europa durante o século XIX entre os movimentos de esquerda. Mussolini, então um marxista convicto, participava do jornal “*Avanti!*” — do qual também participava Antônio Gramsci. O jovem Mussolini passou a se impressionar com os novos *fasci* que vinham surgindo, os *fasci* patrióticos, que apoiavam a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial. Estes grupos consistiam em militares e sindicalistas primordialmente nacionalistas que apoiavam a entrada da Itália no conflito que estava se iniciando na Europa. O rompimento de Mussolini com os socialistas ocorreu principalmente após estes não apoiarem essa decisão. Após a guerra, a Itália se encontrava em uma crise profunda, cenário que contribuiu para o movimento *fasci* crescer cada vez mais (KONDER, 1977).

Mussolini, então já membro do partido fascista, passou a crer que a luta de classes era insuperável nas sociedades modernas e que a luta real se daria entre as “nações proletarizadas” e as “nações exploradoras”. Nesse sentido, acreditava que as nações estrangeiras, como Inglaterra e França, estavam “proletarizando” a Itália e que a única forma de reverter este quadro seria através de um levante da nação apoiado pelas massas. Para isso, era necessário disciplinar estas massas, através do único agente possível — uma elite enérgica “disposta a tudo” (KONDER, 1977).

O fascismo de Mussolini nasceu em Milão, no dia 23 de março de 1919, em um comício com cerca de uma centena de pessoas (entre elas veteranos e sindicalistas pró-guerra). Não obstante, esse evento em 1919 não aconteceu por acaso e nem se limitou à Itália. O fascismo era um projeto político que vinha sendo lentamente adotado pelos núcleos mais conservadores da Europa. Inicialmente o fascismo, não se inicia necessariamente como

um regime autocrático e autoritário; através da conquista do apoio das massas, os projetos políticos ligados ao fascismo ganham a legitimidade popular necessária para disputar eleições no âmbito democrático. Nesse sentido Mussolini, em 1919, pôs a prova o seu projeto político conquistando um número de votos pouco expressivo, no total de 4,796 em um eleitorado de 315,165 votantes (PAXTON, 2007, p.54). Mais tarde Hitler também disputaria eleições com o recém criado, Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, NSDAP (PAXTON, 2007). Hitler passou a tentar o poder pelas vias democráticas, após juntamente a seu movimento, tentar um golpe na região mais sensível às ideias nacionalistas, a Bavária, em 1923. Episódio que levou o líder do Partido Nazista ser julgado e preso por cinco anos, uma pena leve para um crime de Alta Traição contra a Pátria. Durante sua estadia na prisão, Hitler sintetiza toda a ideologia nazista na sua autobiografia denominada: *Mein Kampf*. Nesse mesmo período o líder nazista muda sua tática diante do insucesso do golpe de Estado e tenta chegar ao poder pelas vias parlamentares, mantendo sua ideologia inalterada no que tange os princípios de darwinismo social, supremacia alemã, antibolchevismo e antiliberalismo (RIBEIRO, 2000).

No caso da Alemanha, devastada após a Primeira Guerra Mundial, era um cenário propício para os ideais antissocialistas de base popular, que possuíam forte apelo nacionalista. A questão da derrota, e a assinatura do humilhante Tratado de Versalhes, destroçou o orgulho nacional. A população sofria com a fome e juntamente aos veteranos da guerra, tornaram-se suscetíveis ao discurso político extremista, igualmente para a esquerda ou para a direita. Neste campo polarizado, alguns agrupamentos se voltaram para o marxismo — este em grande ascensão na Alemanha nesta época — outros partiram em rumo ao nacionalismo, juntando-se as forças mercenárias (*Freikorps*) constituídas sob comando de oficiais do exército alemão, visando lutar contra “inimigos da nação” responsáveis pela derrota na guerra. Estes grupos deram início a perseguição de marxistas, assassinando Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, além de derrubar as comunas socialistas de Munique e outras cidades alemãs (PAXTON, 2007). Assim como o fascismo italiano, o nazismo alemão partiu de movimentos ex-soldados nacionalistas e revanchistas acerca da Primeira Guerra Mundial, — entre eles o próprio Hitler — e a feroz antipatia pela República de Weimar, criticando sua democracia fiel aos interesses do Tratado de Versalhes (RIBEIRO, 2000).

No discurso do fascismo, possuía críticas ao o capitalismo, conservadorismo e o *establishment*, o que leva a crer a ser um regime que vai contra os ideais liberais e capitalistas.

De fato, por muitas vezes o discurso dos líderes e seus correligionários eram bastante afrontosos com o capital financeiro internacional. Os fascistas argumentavam que o egoísmo do capital financeiro empobrecia o povo e a nação, levando-os suscetíveis às ofensivas socialistas. Esse individualismo era algo repudiado pelos fascistas (PASSMORE, 2002).

A característica principal que difere nazismo, socialismo e o fascismo é de como o projeto político aborda a questão da luta de classes. Os fascistas acreditavam que a nação deveria ter classes sociais que cooperassem entre si para o desenvolvimento da nação, diferentemente dos socialistas que viam essa cooperação entre classes dominantes e exploradas impossível (PASSMORE, 2002). No caso da diferença do fascismo e do nazismo seria de que o nazismo suprime a classe social e a substitui pela noção de raça, baseada no conceito de darwinismo social. A ideologia nazista se auto proclamava um movimento pluriclassista, porém, da mesma raça (A ariana). Entretanto, era notável que dentro desta raça possuía classes como proletários, pequeno-burgueses, grandes detentores de terras e meios de produção; como qualquer economia capitalista à época, assim como a classe média era a classe com maior população (RIBEIRO, 2000).

Para Ernst Nolde (1969) o fascismo, em suas facetas históricas, é fundamentalmente antimarxista, as emoções promovidas pela Primeira Guerra Mundial foram as condições necessárias para seu desenvolvimento. Abarcou ideias tanto de nacionalistas revoltosos com a guerra, quanto marxistas descrentes de suas ideias, diante do fracasso do movimento socialista no mundo (NOLDE, 1971,). A partir do momento que se julgou oportuno, os fascistas romperam com suas inclinações mais à esquerda iniciais e passaram a integrar uma frente anti-proletária. Os antigos membros sindicalistas ou até mesmo socialistas que aderiram ao movimento em sua origem, se separaram do partido por via voluntária ou através de expurgos — tais como o episódio da “*Nacht der langen Messer*” (noite das facas longas) que ocorreu na Alemanha Nazista logo após Hitler adquirir plenos poderes de Führer. Este episódio foi em suma, uma supressão do movimento mais sindicalista do nacional-socialismo que visava um movimento de massas mais presente, baseado em trabalhadores e contra o capital financeiro estrangeiro. Na Itália também foram recorrentes eventos como este, Mussolini enfrentava dissidências desse tipo no Partido Fascista antes mesmo de chegar ao poder, depois de vencer estas resistências o próprio Mussolini se autoproclamou como Duce em Roma em dezembro de 1921 (NOLDE, 1971). Nesse sentido, a concepção de que; tanto o fascismo quanto o

nazismo, apesar de terem discursos baseados na classe trabalhadora e origens sindicalistas, nunca serviram aos trabalhadores propriamente ditos.

Barros (1969) em uma frase explica essa tese:

O fascismo está longe de ser um regime que traga quaisquer melhorias para os trabalhadores, é pelo, contrário um regime cuja finalidade exclusiva é assegurar aos magnatas e exploradores os maiores lucros à custa dos mais pesados sacrifícios da população laboriosa (BARROS, 1969, p.17).

Com o expurgo de ex-aliados antiliberais, comprova que Hitler jamais foi contra o capitalismo em sua totalidade, apesar de muitas declarações contrárias a deste. Hitler distinguia o capitalismo industrial de caráter produtivo do capitalismo “usurário”, atribuído principalmente aos judeus, que teriam caráter especulativo e de origem estrangeira (NOLDE, 1971). Dessa maneira, fica comprovado que sua retórica contra o capitalismo era fraca diante de sua mesma retórica contra os socialistas, ainda que o movimento nazista seja frequentemente associado com ideais socialistas, pouco se assemelham além de simbologias e apelo às massas. Hitler em sua autobiografia, enuncia que a cor vermelha e o nome do partido serviram para “excitar” a esquerda, bem como, atrair os operários identificados com a simbologia de esquerda para seus comícios (HITLER, 1980).

Ele menciona que:

Só a cor vermelha dos nossos cartazes fazia com que eles (os marxistas) afluíssem às nossas salas de reunião. A burguesia mostrava-se horrorizada por nos termos recorrido a cor vermelha dos bolchevistas, suspeitando, atrás disso alguma atitude ambígua. Os espíritos nacionalistas da Alemanha cochichavam uns aos outros a mesma suspeita, de que, no fundo, não éramos senão uma espécie de marxistas, talvez simplesmente mascarados marxistas, ou melhor, socialistas. A diferença entre marxismo e socialismo até hoje ainda não entrou nessas cabeças. Especialmente, quando se descobriu, que, nas nossas assembleias, tínhamos como princípio não usar os termos “Senhores e Senhoras”, mas “Companheiros e Companheiras”, só considerando entre nós o coleguismo de partido, o fantasma marxista só surgiu claramente diante de muitos adversários nossos. Quantas boas gargalhadas demos a custa desses idiotas e poltrões burgueses, nas suas tentativas de deciframos o enigma da nossa origem, nossas intenções e nossa finalidade! (HITLER, 1980 p.377)

Em outro trecho Hitler afirma a intencionalidade de conquistar as massas operárias através dessas simbologias ambíguas:

A cor vermelha de nossos cartazes foi por nós escolhida, após reflexão exata e profunda, com o fito de excitar a esquerda, de revoltá-la e induzi-la a frequentar nossas assembleias; isso tudo nem que fosse para nos permitir entrar em contato e falar com essa gente. ” (HITLER, 1925, p.377).

Até mesmo teóricos não marxistas ou liberais, tendem a não classificar o fascismo como produto da esquerda, tal como o teórico americano do fascismo, A. James Gregor. “*Somente os ignorantes ainda acreditam que socialismo e comunismo, apesar de haverem coisas em comum, são a mesma coisa que fascismo e nazismo.*” (GREGOR, 1969, p.11). Gregor (1969) que discorda da visão do fascismo pela luta de classes, declara que a intenção inicial do fascismo era a restauração da Itália como um polo de poder na Europa, assim como, no mundo. Segundo o autor, o fascismo na Itália, apesar das íntimas relações com a máquina capitalista italiana, o poder de fato se encontrava com Mussolini, que utilizava de todo aparato partidário e estatal para exercer controle máximo do país. As concessões feitas para os capitalistas foram realizadas com a preocupação em manter o regime político, e que em sua derrocada, estava disposto a sacrificar o capitalismo em prol da manutenção do regime (GREGOR, 1969).

## 2.5 A IDEOLOGIA NO FASCISMO

No que tange as bases ideológicas, como abordado anteriormente, o fascismo aproveitou-se, tanto de linhas de pensamento reacionárias quanto de marxistas, moldando-as de forma que encaixassem nos seus objetivos, em um aspecto pragmático. Este espírito pragmático e relativista nunca possibilitou um viés filosófico embasado no movimento fascista. O aspecto pragmático, no entanto, não é sem precedentes, uma vez que própria direita, segundo Konder (1977), já o possuiria devido à sua falta de consistência popular. Nessa lógica, o pragmatismo permite uma adequação das ideias visando um determinado fim — aspecto de grande atratividade ao fascismo. No entanto, essa questão acerca do pragmatismo é levada a novos patamares com a chegada do fascismo, o qual passa a ser classificado como um movimento “ultra pragmático”, pois se apropria de ideais, em primazia, contraditórios ao movimento (principalmente os de linha marxista) para viabilização da sua ordem política (KONDER, 1977; PAXTON, 2007).

O fascismo constituiu-se então, no plano social, em uma alternativa às massas as promessas de “grupo unificado” dos marxistas. Enquanto o marxismo representava uma

rejeição às noções capitalistas de priorização do individualismo e da meritocracia conjuntamente com a geral e incessante busca pelo lucro (as quais desagregavam os grupos, isolando o indivíduo diante da sociedade competitiva em que este se inseria). O fascismo surgiu, como uma via capitalista para sanar esse vazio, colocando-se como uma alternativa para a reagregação dos trabalhadores sem recorrer a uma via revolucionária socialista (KONDER, 1977).

Entretanto, não se pode cair no erro de caracterizar o fascismo como um movimento apenas pragmático, sem nenhuma base teórica. A principal dificuldade de encontrar as raízes ideológicas do fascismo é a sua excepcionalidade e maleabilidade de acordo com a nação em que se encontra, apresentando grandes variações — o que não significa que ele não possua bases concretas, apenas apontando sua maleabilidade de acordo com as localidades. Vem a tona, então, a ideia de existem múltiplos “fascismos”, os quais não consistem em um único projeto político, mas sim, em vários, que se transforma de acordo com a nação em que se encontra. O fascismo, assim, possui elementos de diversos intelectuais do século XIX que serviram de base teórica para sustentação de suas ideias. Paxton (2007), por exemplo, cita Nietzsche, Gustave Le Bon e Georges Sorel, Vilfredo Pareto, os quais contribuíram de alguma forma para o fascismo, mas que no entanto, não necessariamente apoiaram estes regimes, e em sua maioria, opuseram-se ferrenhamente contra os regimes que viriam a incorporar algumas de suas ideias (PAXTON, 2007).

Nietzsche, comumente relacionado como um dos progenitores do fascismo, dedicou sua vida ao ataque a pequeno-burguesia, através de conceitos antirreligiosos e anti-positivistas. Dentre suas propostas, estava o entendimento de que apenas um “*übermensch*” (ou Super-Homem), seria capaz de superar a inexistência de sentido da realidade e viver segundo seus próprios valores. Muitos utilizavam as ideias de Nietzsche como um rompimento com a sociedade decadente estabelecida na época. Era necessário superar o status quo e promover uma vontade “heroica” para reverter este status. Entretanto, o próprio Nietzsche despreza conceitos como patriotismo como encontrados no fascismo. Suas obras foram exploradas pelos mais diversos vieses políticos (PAXTON, 2007).

Vilfredo Pareto, caracterizado por vezes como o maior expoente teórico do fascismo, era um ferrenho antimarxista, um liberal que propôs uma interação maior entre as massas e a elite. Defensor da Teoria das Elites, propunha que a violência era inevitável para manutenção das massas pela elite minoritária. O aspecto econômico do fascismo chegou até mesmo a

seguir as ideias liberais de Pareto num primeiro momento. O intervencionismo característico, não surgiu antes da década de 1930. Durante a década de 1920, Mussolini ainda preferia um Estado forte apenas no que tange os aspectos políticos. Todavia, a fragilidade da economia mundial pós-Primeira Guerra, dificultava a propagação desse discurso. Após a crise de 1929, assim como outros países, os Estados fascistas passaram a intervir em grande escala na economia, utilizando-se da centralização política já construída, constituindo então, o que se chama em capitalismo monopolista de Estado, ou corporativismo (KONDER, 1977).

Tanto Georges Sorel, quanto Le Bon — autor da obra *Psicologia das Massas* — foram influências para Mussolini no que tange às questões pragmáticas de governabilidade do projeto político fascista. Le Bon argumentava que as massas seriam facilmente manipuláveis por suas paixões. A principal arma teórica utilizada pelos mais diversas manifestações do fascismo, se deve à descoberta da irracionalidade humana e a manipulação do subconsciente humano. Neste sentido, Freud, apesar de não compactuar com o fascismo, teve seu trabalho utilizado como arma contra o liberalismo político. A questão da irracionalidade da psique humana fora largamente utilizada como forma de governar (PAXTON, 2007).

Dada essa premissa de manipulação das massas através da propaganda no período fascista, foi uma das grandes características do movimento político. Estratégia revolucionária no que tange aspectos de divulgação de ideais políticos, e trouxe as particularidades do fascismo no que tange a exaltação do líder e disseminação do ideal fascista como algo novo e totalmente diferente dos conservadores anteriores. A imagem de movimento modernizador, e dinâmico era um aspecto crucial para a adesão das massas (KONDER, 1977). Para atingir as massas, as propagandas dos fascismos se propunham a identificar os temas que mobilizariam as massas frente a uma regeneração social, de unificação e homogeneidade; temas os quais são contrários ao individualismo das democracias liberais. Isto fica claro nas diferenças da simbologia de cada movimento. Na Alemanha, por exemplo, se exaltava os ritos nórdicos que no entanto, soavam ridículos na Itália, que por sua vez, venerava a antiga Roma e seu Império imponente (PAXTON, 2007).

As paixões das massas eram facilmente instigadas através do Mito da Nação de Mussolini. A Itália após a Primeira Guerra Mundial, era um país dividido com conflitos profundos. Mussolini atribuiu a Itália, uma *unidade fictícia idealizada*, que ressaltava a grandeza da Itália (KONDER, 1977). Por sua vez, o mito de Hitler não era a nação, como nos moldes de Mussolini, e sim da raça — da raça germânica mais especificamente. A grandeza

da raça germânica faria com que estivesse predestinada a dominar todos os outros povos, tal como era previsto no mito da nação italiana de Mussolini (HITLER, 1980; PAXTON, 2007).

Estas paixões aliadas com a irracionalidade, promoviam algo de suma importância para o fascismo: o medo. O medo das massas era a chave para a criação do fascismo, o fascismo promete remédios para angústias incuráveis de uma sociedade e a identificação destes medos são a estratégia mais frutífera para os progenitores do fascismo. Acerca dos medos, o maior destes era o colapso da ordem liberal e decadência das nações. A perda do prestígio nacional e da tradicionalidade histórica de Estados, seria consequência de uma sociedade cada vez mais inclinada para busca dos próprios ganhos e do individualismo (PAXTON, 2007).

O medo também contribuía para a personificação de inimigos em comum, o fascismo necessita dessa personificação de inimigos para mobilizar as massas em prol de algo comum. Os fascistas necessitam de um inimigo demonizado contra o qual mobilizam seus seguidores. Cada cultura elenca seu próprio inimigo nacional, estes podem tanto ser como Estados, povos ou ideologias políticas. O autor exemplifica — no caso dos Estados fascistas — os países estrangeiros, os socialistas e as minorias étnicas, como os eslavos na Itália, e os judeus na Alemanha. Este quesito fica claro nas perseguições sistemáticas que estes últimos sofreram, como o expurgo de marxistas na Itália e mais notabilizado no extermínio judaico do Holocausto na Alemanha. (PAXTON, 2007).

A questão do inimigo comum e exaltação de ancestrais, reflete ao fato de que os fascistas não elaboraram seu próprio Mito da Nação no que tange às retóricas e os simbolismos na qual se baseavam para adquirir apelo das massas, apenas selecionavam aquelas premissas nacionais — como a grandeza da Antiga Roma — que lhe melhor serviriam, relativizando-as (PAXTON, 2007). Este aspecto fica claro quando analisado o racismo no nazismo. O racismo é uma obra da dominância da elite aristocrática e burguesa europeia, elite essa embebida de preconceito racial, utilizava-se deste preconceito para destacar o “ariano europeu” seria o modelo de cidadão. E as outras raças deveriam se curvar, ser dominadas ou até mesmo extintas — como é o caso do Holocausto. A questão racista serviu aos interesses dos capitalistas industriais alemães— a mão de obra escrava judia era largamente lucrativa no período da Segunda Guerra Mundial. O racismo, não exclusivo do fascismo, também foi muito utilizado para os ímpetus imperialistas da Inglaterra e França, servindo de “mão hábil” para dominar os povos da África (BARROS, 1969; PAXTON, 2007).

O antissemitismo no nazismo beirava níveis inacreditáveis de leis e normas opressivas. Os judeus gradativamente foram perdendo direitos cruciais para a vida humana, como o direito de intelectuais israelitas escrever, se miscigenar e frequentar locais públicos. A perda contínua de tantos direitos só terminou quando perderam o direito de viver, acarretando um dos maiores genocídios da história. (BARROS, 1967).

Paxton (2007) por sua vez elabora uma lista de paixões mobilizadores cruciais para a ascensão do fascismo:

- a) sentimento de uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais;
- b) A primazia de um grupo, com a relação ao qual as pessoas têm deveres superiores a quaisquer direitos, sejam eles individuais ou universais e a subordinação do indivíduo a esse grupo;
- c) A crença de que o próprio grupo é uma vítima, sentimento esse que serve como justificativa para qualquer ação, sem limites legais ou imorais contra seus inimigos, tanto externos quanto internos;
- d) O pavor da decadência do grupo sob os efeitos corrosivos do liberalismo individualista, do conflito de classes e das influências alienígenas;
- e) A necessidade de maior integração de uma comunidade mais pura, por meio de consentimento, se possível, ou da violência excludente, se necessário;
- f) A necessidade da autoridade dos líderes naturais (sempre do sexo masculino), culminando num chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo;
- g) A superioridade dos intuítos desse líder sobre a razão abstrata e universal;
- h) A beleza da violência e a eficácia da vontade quanto voltadas para o êxito do grupo;
- i) O direito do povo eleito de dominar os demais sem limitações de qualquer natureza, sejam elas impostas por leis humanas ou divinas, esse direito sendo determinado pelo critério único do valor do grupo no interior de uma luta darwiniana (PAXTON, 2007. p.78).

A conclusão do autor acerca das inspirações intelectuais do fascismo é fruto de um nacionalismo apaixonado com doses de teorias conspiratórias e maniqueístas acerca da história europeia. A existência destes inimigos corrobora com essa ideia, pois, a existência do bem, honesto, produtivo, de costumes tradicionais, contra o mal, caracterizados como impuros e corruptos (PAXTON, 2007).

Segundo Poulantzas (1978) em uma visão mais materialista do fenômeno, o fascismo representa o equilíbrio de forças estatais e classes dominantes, este equilíbrio refere-se que ambos possuem forças iguais na manutenção do poder. É como houveram outras vezes na história, tais como o Estado absolutista (equilíbrio entre a burguesia e a nobreza agrária) o bonapartismo (equilíbrio entre a burguesia e a classe operária). Este equilíbrio se refere principalmente a igualdade de forças desiguais de forma estável.

Passmore (2002) argumenta que o fascismo com seu nacionalismo chauvinista, repressão política, censura e uso da violência, pode muito bem se assemelhar com os regimes ditatoriais ocorridos na América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, estes regimes, ao contrário que a opinião popular pensar, não eram fascistas, e sim, autoritários. Os regimes autoritários defendem uma constelação de interesses conservadores, que, o fascismo também defendia como; prosperidade, família, as forças armadas. Porém, diferenciavam-se em um aspecto de suma importância: a adesão das massas. Os regimes autoritários eram nacionalistas na medida que os interesses das elites eram atendidos, e as massas populares não serviriam de forma alguma para manutenção deste nacionalismo (PASSMORE, 2002, p.27) É comum a utilização da palavra “fascismo” esquerda para atacar as mais diversas categorias de adversários políticos. A palavra “fascismo” nesses termos, remete ao discurso extremista, autoritário e antipopular da direita.

Durante a história humana houve os mais diversos tipos de regimes autoritários tão repressivos quanto o fascismo de Hitler e Mussolini, entretanto, tampouco se traduziriam em regimes fascistas (KONDER, 1977). Poulantzas (1978) por sua vez, abarca o fascismo conjuntamente a outros projetos políticos autoritários, denominando-os “regimes de exceção” tais como ditaduras militares, tais como as da América Latina e Bonapartismo, e ressalta que estes continuam a manter suas possibilidades.

### 3 A EXTREMA-DIREITA PÓS-FASCISMO

O fascismo clássico pereceu em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os regimes fascistas no conflito atingiram o seu colapso através das forças militares dos Aliados, e qualquer possível potencial latente fascista e movimentos ligados a este, remanescentes na Alemanha e Itália, foram desestruturados e perderam toda a sua organização interna (VON BEYME, 1988). Neste capítulo, tem-se como objetivo (i) analisar como as ideias fascistas sobreviveram durante a Guerra Fria, de certa forma “hibernadas”, identificando as pequenas ondas de reaparições e (ii) investigar o modo de como a extrema-direita se desvinculou da interligação com o fascismo devido ao estigma carregado por este.

Com a vitória dos Aliados, retomou-se na Europa Ocidental o consenso de democracia liberal como o modelo político e econômico a ser seguido. Isso representou um triunfo para o então chamado “Mundo Livre”, liderado pela hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério ocidental. Somado a isso, as democracias liberais da Europa Ocidental, nesse período, desfrutaram de um alto grau de estabilidade política e social; sustentados pelo alto crescimento econômico e aperfeiçoamento do estado de bem-estar social (BETZ, 1994). O fascismo, teve o *habitat* em que teria que sobreviver durante o período da Guerra Fria radicalmente alterado. Muito de seu terreno foi perdido para o capitalismo liberal, o qual, tinha se mostrado decadente e instável antes do início da Segunda Guerra Mundial, agora, mostrava-se como sinônimo de prosperidade e de crescimento para os cidadãos europeus. No pós-guerra, o fascismo tornou-se, para os cidadãos ocidentais, indissociável dos acontecimentos negativos ocorridos nos anos antecedentes; e passou a representar a guerra, destruição, genocídio e absoluto mau moral, devido justamente às experiências fascistas anteriores. Essa faceta deslegitimou completamente a extrema-direita na Europa e estigmatizou sua ideologia, ao passo que qualquer traço mais extremista poderia ser diretamente associado com Hitler ou Mussolini (RYDGREN, 2005). Além do mais, a rejeição da sociedade europeia dos ideais ultranacionalistas e militaristas, conjuntamente a diminuição do poder do Estado frente ao capitalismo financeiro global, tornou o Mito da Nação de Mussolini rejeitado em prol do crescimento do cosmopolitismo na cultura ocidental (GRIFFIN, 2008). Apesar disso, a completa extinção das ideias fascistas não foi possível, o fascismo remanesceu, ainda que marginalizado, durante todo período da Guerra Fria, onde contou com períodos de maior ou menor ascensão.

As competições partidárias em decorrência da guerra, ficaram congeladas da década de 1920 até a década de 1960. Fixou-se, no período, uma disputa entre o bloco dos sociais-democratas, trabalhistas e comunistas, no campo da esquerda; e dos democratas cristãos, conservadores e liberais na direita. Até a década de 1970, os sistemas partidários estavam estabilizados dentro da democracia liberal e os desafios a estes — como a emergência da extrema-direita — ocorriam apenas em pequenos intervalos esporádicos, ocasionados por oscilações políticas específicas (NORRIS, 2005).

### 3.1 AS TRÊS ONDAS DA EXTREMA-DIREITA DURANTE A GUERRA FRIA

Segundo Von Beyme (1988), a reemergência de movimentos de extrema-direita e partidos políticos ligados a esta, na Europa ocidental, é condicionada por ondas de privação social, consequentes de dificuldades socioeconômicas. Sendo assim, o argumento é de que essas dificuldades ocasionam ondas de emergência da extrema-direita nos Estados europeus, e que essas ondas são similares em todos ou em grande parte destes países. Von Beyme (1988), tem sua tese compartilhada por outros acadêmicos, como Cas Mudde (2000). Segundo sua tese, que prevê a existência de três ondas distintas durante a Guerra Fria.

#### 3.1.1 A primeira onda

A primeira, vista logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, é representada por uma espécie de sobrevivência da extrema-direita, na qual não almeja nenhum impacto político significativo nos sistemas partidários. Logo foi exemplificada pelo — ainda que inexpressivo — primeiro partido neofascista da Itália, *Uomo Qualunque* ou Homem Comum, que conseguiu 5.3% do total de votos nas eleições gerais italianas de 1946 (VON BEYME, 1988 p.8). Já na Alemanha, a ocupação no lado ocidental de seu território, após a vitória dos aliados em 1945, não permitiu que tais partidos se organizassem e nem que o país pudesse escolher seu próprio governante até 1949, negando o emprego da constituição alemã. Tamanho controle foi justificado utilizando-se de resultados de pesquisas de opinião da época, nas quais os alemães demonstraram pouca vontade de rejeitar completamente o nazismo (VON BEYME, 1988).

Devido à questão moral e a toda destruição causada pela guerra, a Alemanha e Itália depois de desocupadas e reorganizadas, utilizaram-se de regulamentações e leis para impedir uma reemergência do fascismo e ideologias similares. Em 1951 a Itália, no artigo XII da nova

constituição, estipulou-se que nenhum partido herdeiro do Partido Nacional Fascista (PNF) poderia ser reorganizado, conhecida como *Legge Scelba*, lei preventiva que visava conter a apologia ao fascismo no pós-guerra. Este artigo, entretanto, nunca foi aplicado ao partido Movimento Social Italiano (MSI) — partido criado em 1946, que se fortaleceu após a dissolução do *Uomo Qualunque* em 1949 — apesar de não haver nenhuma dúvida, a época, das características neofascistas de tal partido (VON BEYME, 1988).

Diante do fardo carregado pelo legado do nazismo, a Alemanha supervisionou e sistematicamente coletou dados dos partidários da extrema-direita. A grande maioria das regulamentações voltadas para os partidos políticos em vigência nos países ocidentais, mostravam-se mais brandas do que as aplicadas pela Alemanha no pós-guerra. A maioria dos países utilizava-se, em geral, de métodos indiretos de controle, enquanto a Alemanha agiu de maneira incisiva e direta sobre os casos mais alarmantes. De acordo com Von Beyme (1988 p.9), a proporção de extremistas de direita que foi observada na Alemanha na década de 1970, equivalente a 0,01% da população, não justificava o enorme aparato de controle e intimidação de partidos políticos.

À vista disso, em 1952, teve-se a proibição do Partido Socialista do Reich, partido herdeiro do Partido Nazista. Este partido era composto, em sua maioria, por ex-membros do NSDAP e simpatizantes deste. Tinha como norte ideológico os pressupostos de centralização do poder em um líder nacional e um organização de um parlamento corporativista. Contudo, em razão das leis constitucionais aprovadas no pós-guerra, a consolidação de partidos, como o Partido Socialista do Reich, na democracia alemã era uma tarefa difícil — uma vez que a lei determinava o banimento de que quaisquer partidos que claramente se opusessem à democracia (KARAPIN, 1998).

Nas democracias liberais já estabelecidas, o suporte eleitoral a partidos de extrema-direita era especialmente baixo após a vitória dos Aliados. Na Inglaterra, devido ao controle político, rejeição social e o sofrimento causado pela guerra, criou-se uma maior sensibilidade acerca dos perigos das ideologias de extrema-direita. Na Alemanha, o insucesso de partidos de extrema-direita também se deveu a divisão de votos entre os partidos extremistas e conservadores, enfraquecendo-os no processo eleitoral (VON BEYME, 1988). Neste mesmo período, havia o partido “União Social Cristã” (CSU) aliados ao Partido Democrata Cristão (CDU), ambos partidos mais à direita, que obtiveram maior apoio durante o pós-guerra. Os neofascistas foram suprimidos pelo forte posicionamento dos democratas no

sistema político, representados principalmente pelos democratas cristãos (VON BEYME, 1988).

Tendo-se em vista os fatores apresentados acima, conjuntamente a bipolarização do Sistema Internacional nas primeiras décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial (a qual posicionava capitalismo contra socialismo) os partidos remanescentes da extrema-direita persistiram existindo. Contudo, ocupavam um espaço marginalizado nas democracias europeias restabelecidas, caracterizavam-se por serem pequenos e normalmente possuírem uma vida curta, ainda que ocasionalmente conquistassem algum nível de espaço político no contexto europeu (IGNAZI, 2003; RYDGREN, 2005). O partido mais relevante, que possuía raízes nos movimentos fascistas do entre-guerras, era o MSI. Contudo, a mais poderosa força de extrema-direita no imediato pós-guerra era o movimento pujadista na França, o qual chocou os democratas do *establishment* da época (NORRIS, 2005).

### 3.1.2 A segunda onda

Em 1956, a extrema-direita conseguiu sua primeira posição de destaque após a derrota na Segunda Guerra Mundial. Poujad, líder político francês, conseguiu apoiar-se na insatisfação da população com o estado de bem-estar social e com os altos impostos decorrentes deste. Concomitantemente, ocorreram alguns casos — embora não tão expressivos — em outros países europeus; sendo o Partido dos Fazendeiros, dos Países Baixos, o que mais se aproximou do pujadismo. Von Beyme (1988) demarca esse período como sendo parte da segunda onda da extrema-direita. Esta onda possuía menos apelos ao fascismo clássico, permanecendo mais conectada aos movimentos conservadores, nos quais poderia ser facilmente associados como se fossem uma mesma classe política. Embora os conservadores gaullistas tenham, por fim, absorvido os pujadistas, em 1958, Poujad foi a primeira grande demonstração da ascensão e perigo ainda representado pela extrema-direita na Europa pós-Segunda Guerra Mundial (VON BEYME, 1988).

Na Alemanha e Itália, houveram também novos movimentos de direita que se autoproclamavam “metapolíticos”, estes tentavam libertar o extremismo de direita do ostracismo das décadas anteriores, tornando-o mais respeitável diante dos intelectuais. Nesse contexto, no final da década de 1960 surge a *Nouvelle Droite* (Nova Direita), um pequeno grupo de intelectuais de direita originados na França e Itália e, em menor escala, na Alemanha e Áustria. Esse grupo buscava basicamente, o distanciamento do fascismo original,

elaborando um novo pensamento da direita que tinha como objetivo central fazer oposição à dominância cultural e intelectual ascendente da esquerda. O ápice do apoio angariado pela *Nouvelle Droite* deu-se no final dos anos 1970, quando o francês Alain de Benoist — o maior expoente desse movimento — tornou-se editor do periódico “*Figaro Magazine*” (IGNAZI, 2003). Benoist defendeu que a *Nouvelle Droite* se distinguiu das velhas ideologias com clareza, apontando que as “degenerações nacionalistas” (tais como o racismo biológico), os “devaneios totalitários” e o liberalismo “injusto” não representavam a *Nouvelle Droite*.

Em suma, a *Nouvelle Droite* é caracterizada por uma negação do liberalismo, pela sua hostilidade ao mundo ocidental e pela aversão à hegemonia cultural dos Estados Unidos (IGNAZI, 2003). A contribuição mais importante feita por esse movimento, foi a substituição do velho racismo biológico, baseado nas pseudociências defendidas pelo nazismo, pela noção de “etnopluralismo”. Basicamente, o etnopluralismo é interpretado como a criação do chamado “novo racismo” ou “racismo cultural”; em contraposição ao “multiculturalismo”, promovido pela nova esquerda. O multiculturalismo tinha a ideia de que os imigrantes teriam o direito de manter sua cultura e costumes de seu país nativo. Segundo a *Nouvelle Droite* e o etnopluralismo, a mistura de diferentes etnias e culturas levaria a uma extinção cultural. Diferentemente do racismo nazista, a noção de raças no etnopluralismo não é hierárquica, isto é, não há raças necessariamente superiores ou inferiores na sociedade humana, apenas diferentes e incompatíveis. Por adotar essa doutrina de etnopluralismo, os novos partidos de extrema-direita originados na segunda onda, conseguiram disseminar opiniões xenofóbicas e racistas sem serem estigmatizados como “autenticamente” racistas (RYDGREN, 2005). Na Alemanha, esta segunda onda, pôde ser vista na ascensão do Partido Nacional Democrata (NPD), que conseguiu 4.6% dos votos em 1969 (VON BEYME, 1988. p.11). Esse evento é frequentemente interpretado como o primeiro reavivamento consistente do nazismo na Alemanha, ocorrendo logo após o fim do milagre econômico alemão, assim demonstrando a decepção dos alemães com o fato (VON BEYME, 1988; KARAPIN, 1998).

Na Áustria, O Partido da Liberdade (FPÖ), fez parte dessa segunda onda, se tornando o partido de extrema-direita do pós-guerra de maior sucesso até então. Fundado em 1955, o FPÖ foi uma evolução do partido Liga dos Independentes (VdU) que havia sido criado em 1949, constituído por ex-membros do Partido Nazista. Após a queda da Liga dos Independentes, o Partido da Liberdade rapidamente ganhou apoio de ex-nazistas e nacionalistas austríacos. Um dos programas do Partido da Liberdade, era a rejeição da Áustria

como uma nação independente, pois acreditavam que os austríacos faziam parte da cultura alemã. Outro programa seria a defesa do liberalismo econômico, fato com que faz que o Partido da Liberdade seja questionado acerca de uma contraditoriedade, porém, serviu posteriormente para o partido se consolidar no sistema político austríaco na década de 1980. A ala mais nacionalista do partido por fim passou a integrar mais tarde o Partido Nacional Democrata da Áustria (NDP) (BETZ, 1994; MUDDE, 2000).

Na Grã-Bretanha, o partido National Front, fundado em 1969, conseguiu rápido apoio de eleitores. No seu auge conseguiu 17 mil membros e ganhou 250 mil votos em 1977, nas eleições nacionais; sendo 119 mil votos somente em Londres. Apesar do receio da imprensa acerca de uma possível substituição de liberais por fascistas em algumas áreas da cidade, o partido não conseguiu resistir após o advento do neoliberalismo na era Thatcher. Durante a década de 1980, o National Front, era um partido abertamente racista, misturando fascismo britânico com elementos nazistas, entretanto, não havia menor margem de ascensão para tal partido (GRIFFIN, 2008).

Nesse contexto, a extrema-direita europeia, durante as décadas de 1950 e 1960, obteve algumas pequenas vitórias no campo eleitoral, no entanto, não havia atingido sua forma refinada até as décadas de 1970 e 1980. O ponto de maior inflexão para a desmarginalização da extrema-direita na Europa foram durante as eleições de 1984, na França, com o sucesso do partido *Front National* de Jean-Marie Le Pen (RYDGREN, 2005).

### 3.1.3 A terceira onda

Até o início da década de 1980, os parlamentos nacionais das democracias europeias ocidentais, detinham apenas meia dúzia de partidos que poderiam ser classificados como de extrema-direita (NORRIS, 2005). Contudo, nessa década que demarcaria o surgimento da terceira onda de extremismo de direita, a de maior sucesso até então. Esta onda, foi caracterizada pelo fato dos partidos de extrema-direita finalmente se estabelecerem nos parlamentos europeus (MUDDE, 2000).

Desde o fim dos anos 1960, a confiabilidade nas instituições diminuiu largamente nos países ocidentais. Isso ficou evidente com o advento dos movimentos de contracultura, observados na oposição contra a Guerra do Vietnã, e nos eventos de Maio de 1968 na França, nos quais, sinalizavam um descontentamento generalizado que visava destruir o consenso político capitalista durante o pós-guerra no Ocidente. No entanto, o otimismo com a nova

visão de mundo idealizada pela contracultura e sua utopia de um mundo pacífico, acabou por entrar em conflito o mundo tecnocrático. Os problemas ambientais, junto com o fim do modelo de bem-estar social — ocasionado devido aos choques do petróleo da década de 1970 — culminou na instabilização das economias europeias ocasionando níveis altos de desemprego estrutural, o originando um desencantamento da população com maior parte das instituições políticas e na fragmentação do processo eleitoral (BETZ, 1994).

Os partidos mais fortes da Áustria, Bélgica Alemanha e Itália diferiam-se na sua posição no contexto da pós-industrialização. Na Alemanha o Partido Democrata Cristão fez aceno para o feminismo e multiculturalismo buscando votos da classe média, essa estratégia foi feita para alienar os eleitores conservadores e extremistas. Devido a isso, nos anos 1970 e 1980, as mais significantes mudanças nas agremiações políticas no campo partidário europeu era a ascensão dos movimentos ambientalistas e da esquerda liberal (BETZ, 1994).

Com o contraimento da “velha política”, os partidos de extrema-direita ganharam terreno nesse contexto, servindo como um contra-ataque aos ideais pós-materialistas, e demandas da esquerda liberal, representados pelas preocupações com direitos sociais tal como ambientalismo, multiculturalismo, feminismo e direitos LGBT, (KARAPIN, 1998).

Ao invés das preocupações acerca de um ressurgimento do neofascismo servirem de apoio para a ascensão da esquerda, serviram para evidenciar a fragmentação dela. Os ambientalistas, e a *new left* nascidos da contracultura, tentaram se distanciar da velha esquerda, representada pela decadência da União Soviética. Na década de 1980, a emergência da *new left*, ocasionou a uma reação advinda da extrema-direita, o que levou à ascensão os discursos extremistas e disruptivos com as políticas tradicionais dos conservadores e, ao mesmo tempo, renunciando quaisquer associações com o passado de violência e antidemocrático de tais discursos (BETZ, 1994).

A terceira fase do extremismo de direita foi causada pelo desemprego e xenofobia no fim de um longo período de prosperidade na Europa, Von Beyme (1988), destaca esse desenvolvimento na França, onde a esquerda política, “irresponsavelmente” alterou a lei eleitoral, propiciando uma maior preocupação dos conservadores em relação às mudanças progressistas ocorridas nesta época — como a proeminente militância intelectual de esquerda. Devido a esse fator, a direita buscou e sofisticou-se mais do que os antigos “revolucionários conservadores” da República de Weimar, e passou a adquirir a hegemonia intelectual, se baseando no movimento de *Nouvelle Droite* francês, ou *Nuova Destra* na Itália.

Segundo o autor, no fortalecimento da *Nouvelle Droite*, há a identificação do movimento como extrema-direita, pois, conta com antigos extremistas, que passaram a utilizar-se de uma camuflagem intelectual. A relação com a extrema-direita conservadora que era agressiva e passa — a partir da escalada do *Front National* de Le Pen — para um discurso amistoso. Contudo, segundo teóricos, a divisão entre o *Front National* e a *Nouvelle Droite* era meramente operacional, “*eles exploram o ideal e nós (Front National) tentamos o funcional*” (VON BEYME, 1988).

Neste período, há também o fato do aumento de imigrantes na Europa Ocidental, especialmente advindos da Iugoslávia, União Soviética e demais países eslavos. Graças a isso, os partidos de extrema-direita passaram a ganhar mais apoio no eleitorado de diversos países europeus ocidentais, atacando imigração e angariando votos de eleitores, tanto de centro-direita quanto centro-esquerda (KARAPIN, 1998). Os partidos de extrema-direita nesta medida conseguiram um apoio considerável, em muitos países, com diferentes níveis de sucesso. O mais importante pode-se destacar o *Front National* da França e o Partido da Liberdade na Áustria, os quais ganharam um aproximado de 11 a 16% de votos no parlamento nas eleições de 1980 até 1995 comprovando o avanço drástico desses partidos (KARAPIN, 1998 p.221).

No início dos anos 1980, a presença destes partidos era frequentemente excluída dos parlamentos europeus, falhando em adquirir votos suficientes. O ponto de inflexão foi na metade desta década, quando os partidos atingiram o direito a algumas cadeiras nos parlamentos europeus. Nessa conjuntura, na metade dos anos 1980, a extrema-direita europeia por fim teve oportunidade de escapar de sua marginalização. Desde então, os partidos políticos “populistas de extrema-direita” como enunciam Rydgren (2005) Cas Mudde (2000) e Betz (1994), que emergiram nesta terceira onda, passaram a ocupar um espaço assentado nos sistemas partidários europeus. Neste caso de 1980 até o século XXI, os votos para os partidos de extrema-direita praticamente triplicaram (NORRIS, 2005).

Von Beyme (1998), destaca que durante as fases do desenvolvimento da extrema-direita durante o pós-guerra, a formação de ondas pode ser observada mediante ao contexto continental nos diferentes países europeus. Ainda que estes mantenham sua individualidade política, é possível observar certos padrões que afetam vários ao mesmo tempo. Fugindo a regra apenas a Itália teve partidos políticos de extrema-direita continuamente. A França, por outro lado, reflete mais essa formação de ondas, observadas em

1956 com o Pujadismo e 1986 com o *Front National* (Bayne, 1988). Cas Mudde (2000), ainda argumenta que, não somente os partidos de extrema-direita emergem em ondas, como os estudos acadêmicos acerca do assunto, com um pequeno espaço de tempo entre os mesmos.

Betz (1994) afirma que as ascensões de movimentos de extrema-direita como o Pujadismo na França, o NPD na Alemanha e MSI na Itália, foram reações esporádicas de extremistas que foram interpretadas como uma condição normal das democracias liberais modernas, em que não se havia estruturação. Entretanto, argumenta que a onda atual da extrema-direita deixou de ser movimentos de ascensão esporádica e patológica da democracia liberal, para um movimento sistemático, em decorrência de novos fatores que se apresentam na sociedade europeia (BETZ, 1994). Norris (2005), concordando com a consistência desta terceira onda, argumenta que, no momento atual, estes partidos atingiram ganhos muito expressivos para serem negligenciados no argumento de que a ascensão da extrema-direita é apenas um fenômeno temporário que eventualmente vai se esvaír no contexto político (NORRIS, 2005).

### 3.2 ASPECTOS DA TRANSIÇÃO DO FASCISMO PARA O POPULISMO DE DIREITA

O período entreguerras, foi o *habitat* ideal para a ascensão do fascismo ao poder, através de um movimento de massas com vetores carismáticos. Seu poder de ação e de força política se demonstrou diversas vezes como um projeto político impressionante e “exportável” (GRIFFIN, 2008). Por mais que o fascismo tenha se desenvolvido plenamente apenas na Itália e Alemanha; projetos políticos autoritários e ultranacionalistas tentaram “emular” tais projetos políticos. Como tal ocorreu na Espanha de Francisco Franco e em Portugal de Antônio Oliveira Salazar (GRIFFIN, 2008). Essa tentativa de emular o fascismo clássico, que alguns regimes autoritários e partidos fizeram, facilitou a tarefa dos acadêmicos e historiadores em reconhecer os movimentos que compartilhavam ideais comuns com o fascismo de Mussolini (GRIFFIN, 2008).

Von Beyme (1988) afirma que os movimentos fascistas que estiveram no poder na Alemanha e na Itália eram totalitários, entretanto, argumenta que a divisão entre totalitários e autoritários nem sempre seria relevante. A diferenciação entre o fascismo italiano e o autoritarismo não significou que algum regime foi menos repressivo que o outro. A distinção é mais tênue do que se imagina, tendo em vista que essa distinção estaria mais atrelada à forma que o governo se instaurou. Isso se deve ao fato de que, ao contrário de Mussolini, que

obteve o poder com apoio das massas e empresariado, Franco obteve o poder através de uma guerra civil (VON BEYME, 1988).

Com a derrota do fascismo clássico na Segunda Guerra Mundial e a transformação do sistema político internacional durante a Guerra Fria, os movimentos que se aproximavam ou tentavam emular o fascismo — nos mais diversos Estados europeus — foram forçados a buscarem novas estratégias para a sua sobrevivência, fomentando uma radical mudança em suas ideologias, levando a mutações de suas estruturas internas para adequação ao novo período histórico da Guerra Fria (GRIFFIN, 2008). O fascismo do entreguerras já era conhecido por sua adaptação morfológica pragmática a partir do contexto social que se situava, o fascismo no pós-guerra não deixou de ter essa característica. A metamorfose ideológica, dentro da lógica democrática liberal, mascara as tendências fascistas dentro da política e as ameaças à democracia que estas apresentam (GRIFFIN, 2008).

Taguieff (1994<sup>4</sup>) resume esta dificuldade de reconhecer o fascismo pelos acadêmicos no pós-guerra:

Nem o "fascismo" nem o "racismo" nos farão o favor de retornar de maneira que possamos reconhecê-los facilmente. Se a vigilância (acadêmica) fosse apenas uma forma de reconhecer algo já bem conhecido, então a seria apenas uma questão de relembrar. A vigilância seria reduzida a um jogo social usando reminiscências e identificações por assimilação, uma ilusão consoladora de uma história imóvel povoada por eventos que correspondem às nossas expectativas ou aos nossos medos.

(*apud*GRIFFIN, 2008, p 151).

Von Beyme (1988), afirma que o fascismo pós-guerra, em grande parte, não enfatizou ou desejou a continuidade das diretrizes do fascismo clássico. Apenas pequenas lideranças ou poucos partidos políticos tinham a mesma retórica do fascismo clássico. Ao mesmo tempo, argumenta que a direita antidemocrática, mais ligada ao fascismo clássico, passou a se manifestar apenas através de pequenos partidos e agrupamentos revolucionários, devido à marginalização do movimento fascista. As formações identificadas como fascistas desocuparam completamente o espaço político partidário, e muitas até abandonaram a arena da política, optando por se concentrar na batalha de ideias e ativismos desconexos (GRIFFIN,

---

<sup>4</sup> TAGUIEFF, Pierre André. **Sur la Nouvelle droite**: jalons d'une analyse critique. Descartes et cie, 1994.

2008). A ideologia da extrema-direita mais identificada com o fascismo clássico, permaneceu acesa apenas em alguns milhares de grupos extremistas — por vezes reunidos sob a alcunha de *skinheads* — e outras centenas de intelectuais da classe média saudosistas (GRIFFIN, 2008). Segundo Griffin (2008), a chave para o entendimento da evolução de movimentos ligados ao fascismo no período após a Segunda Guerra Mundial, era o renascimento do Mito Nacional sob outra roupagem, adjacente daquelas originadas do núcleo ideológico do fascismo clássico. Desta forma, o novo fascismo, pode apresentar formas organizacionais “radicalmente” diferentes das do período entreguerras; até mesmo irreconhecíveis.

A estratégia da extrema-direita, órfã do fascismo no pós-guerra, foi a mudança na centralização da ideologia. O fascismo clássico, conhecido por ser um partido de movimento de massas e de hierarquia centralizada, após a guerra passou a ser um movimento difuso. Reorganizado como um movimento “policêntrico”, sem líder, sem hierarquia; mais baseado em ideologia do que prática, inatingível por medidas convencionais do Estado para conter a ascensão do extremismo violento. Essa falta de hierarquia e de líder incapacitam os fascistas do pós-guerra, no que tange a conquista da força necessária para instauração de uma nova ordem política (GRIFFIN, 2008). No entanto, a desvinculação com o movimento fascista tradicional, permite que esses novos partidos de extrema-direita operem livremente, dentro dos sistemas partidários democráticos, em múltiplos Estados europeus, auferindo relativo número de votos em seus respectivos países.

Tendo em vista a relação entre a extrema-direita e fascismo abordada no primeiro capítulo, os elementos que rotulam tanto o fascismo quanto o neofascismo, como ultranacionalismo, xenofobia, e *antiestablishment*, podem por vezes, não representar todos os movimentos neofascistas europeus, assim como podem também, se assemelharem com certos movimentos conservadores, ocasionando uma certa ambiguidade. A aproximação de conservadores e neofascistas, levou a uma maior convergências em suas ideias. Ainda que grande parte dos partidos neofascistas defendam um maior protecionismo, possuem certa lealdade com os neoliberais, tendo em vista que os neofascistas absorveram até mesmo o conceito de livre mercado, trazido pelo neoliberalismo, que ocupou um papel central na crença conservadora durante a Guerra Fria. Na mesma medida, essa aproximação com os conservadores, contribuiu para os neofascistas suprimirem o seu caráter antidemocrático característico (VON BEYME, 1988). Von Beyme (1988) explica ainda, que essa convergência

de ideais de extremistas de direita e conservadores corroborou para uma maior dificuldade na para os acadêmicos reconhecerem as distinções.

Devido a essa dificuldade de diferenciação, o fascismo como movimento, teve a possibilidade de posar como liberal e democrata, pois, sob essa alcunha, demonstrava que os movimentos de extrema-direita no pós-guerra não desejariam derrubar regimes e instalar ditadores. Isso permitiu uma flexibilidade ideológica dentro destes mesmo partidos, dificultando a classificação direta como fascistas de fato. Essa flexibilidade ideológica também conferiu a estes movimentos uma gama maior de apoiadores, de diversos segmentos da sociedade: como fundamentalistas cristãos e grupos racistas como *skinheads*, que agem em sua própria autonomia e dando um apoio indireto a certas alas destes partidos (GRIFFIN, 2008).

No campo partidário, Griffin (2008) argumenta que o fascismo, com seus conceitos de etnocentrismo e xenofobia, encontrou seu lugar em meio aos conservadores antiliberais contemporâneos, e agora seriam reclassificados, taxonomicamente, como “populistas de direita” por diversos acadêmicos (GRIFFIN, 2008). Esses movimentos aliados com conservadores comuns, passaram a ter uma posição mais inserida nos sistemas partidários europeus. Segundo Betz (1994) a diferenciação dos conservadores e dos extremistas de direita se deve ao fato dos movimentos nacionalistas populistas terem uma certa base proletária, ainda que inconsistente, nas quais são expostas a um programa radical, xenofóbico e de progresso autoritário. Já os conservadores neoliberais apelam para uma sociedade mais ampla, com visões voltadas para o mercado capitalista e programas de inclusão de minorias pelo menos no que tange a economia, diferentemente dos projetos políticos “radicais” (BETZ, 1994).

Além disso, outro elo pode ser visto no discurso nacionalista, que é mais forte que o de conservadores habituais, está na forma que o nacionalismo é disseminando pela extrema-direita no pós-guerra, ainda promove um resquício de ultranacionalismo, o conceito máximo de fascismo clássico. O motivo do abrandamento do discurso ultranacionalista, é relacionado com o fato de que as formas atuais de fascismo ainda encontram dificuldades no renascimento do Estado-Nação unificado em uma só etnia no contexto globalizado promovido pela pós-industrialização (GRIFFIN, 2008).

A expressão mais clara desse desenvolvimento pode ser vista na *Nouvelle Droite*, nascida de novos pensamentos nos círculos neofascistas durante a década de 1960, na França.

Os defensores desse movimento argumentavam que era necessária uma mudança radical no “discurso da direita” para recuperar a credibilidade das formas revolucionárias do nacionalismo capitalista, destruído pela Segunda Guerra Mundial (GRIFFIN, 2008). A supressão do discurso racista e da agenda antiliberal dos fascistas no pós-Guerra reflete essa adequação no novo sistema mundial para evitar o ostracismo, ainda que, as confrontações destes com o multiculturalismo, imigrações em massa, imperialismo cultural norte-americano e União Europeia, mantenham os ímpetos nacionalistas e racistas acesos dentro desses partidos, bem como da sociedade europeia (GRIFFIN, 2008).

A autonomia de grupos extremistas atrelados aos partidos neofascistas do pós-guerra, conferem a estes partidos um pseudo-distanciamento do racismo escrachado. Ainda que, os líderes desses mesmos partidos repudiem a violência praticada por tais grupos contra minorias, os mesmos grupos não escondem seu apoio ao discurso de tais partidos. Evidentemente, essa violência descoordenada de grupos extremistas não chega a se comparar com a organização paramilitar que Hitler possuía antes de chegar ao poder, a *Sturmabteilung* (SA), na qual contava com mais de meio milhão de membros. Entretanto, os ataques violentos contra as minorias e grupos de oposição, praticados tanto pela SA, quanto pelos grupos extremistas neofascistas, possuem a mesma sistemática (GRIFFIN, 2008).

A xenofobia é um dos principais elos entre o fascismo e neofascismo. A remanescência do racismo e nativismo pode ser vista no discurso da extrema-direita alemã atual: “*Deutschland den Deutschen, Ausländer raus!*”, (Alemanha para os alemães, fora estrangeiros). Nesse discurso, compreende-se que: não apenas o país deve ser comandado pelas pessoas da “nação alemã” como também os habitantes devem exclusivamente alemães. Também pode ser visto o mesmo discurso em movimentos de extrema-direita em outros países europeus: “França para os Franceses” “Inglaterra para os ingleses” etc (MUDDE, 2000). A diferença desse discurso xenofóbico entre os partidos populistas e o fascismo clássico, seria devido a transição do conceito de “racismo biológico” (defendido pelos fascistas) para o “racismo cultural”. Esta adequação abre maior margem para estes partidos mobilizarem discursos xenófobos e racistas, sem serem estigmatizados como autenticamente racistas (RYDGREN, 2005).

A nova extrema-direita alemã, por exemplo, devido aos fatores enunciados anteriormente, rejeita profundamente o Nazismo e o Terceiro Reich em seu discurso. Entretanto, muitas vezes, expoentes de partidos atrelados a esta nova direita, defendem o

revisão histórico e negacionismo do Holocausto, na tentativa de abrandar os fatos ocorridos e reescrever a história, relativizando estes eventos (GRIFFIN, 2008). Isso deixa claro, por exemplo, como o racismo, outrora muito presente no pensamento de regimes fascistas, continua presente atualmente, ainda que de forma mais sutil. Há de se alertar que não se pode descartar a existência de correntes abertamente racistas na *Nouvelle Droite* e no partido francês *Front National*, ainda que, muitos neofascistas convictos destaquem o erro do extermínio sistemático de Hitler. O racismo mais evidente na extrema-direita é direcionado para xenofobia, questão tratada com naturalidade, devido ao aumento do fluxo migratório para Europa após a década de 1980. Já acerca do antissemitismo, o assunto é tratado com cautela pelos partidos de extrema-direita, devido ao histórico hostil durante a Alemanha Nazista (VON BEYME, 1988).

Assim como a reformulação do discurso xenófobo, a reformulação do caráter antissistema para o discurso *antiestablishment* e antiglobalização, na qual permitiu estes partidos questionarem e criticarem as democracias liberais contemporâneas sem serem taxados de antidemocráticos. Sendo assim, os partidos de extrema-direita procuram distanciar-se dos políticos tradicionais e tentam reorganizar o espaço político e sua diversidade como uma única e homogênea classe política decadente, a que os extremistas visam superar. Os novos movimentos de extrema-direita utilizam-se de uma retórica que os identifica como uma oposição a toda classe política tradicional, no entanto, evitando construir uma imagem antidemocrática. Como a maioria dos eleitores europeus são a favor da democracia e veem os governos antidemocráticos e partidos que o representam como ilegítimos, a possibilidade destes partidos serem taxados como antidemocráticos, determina em menores chances de angariar votos (RYDGREN, 2005). Por outra via, Cas Mudde (2000) argumenta que, esses partidos apesar de não serem antidemocráticos na sua essência, convivem em uma tensão constante com a democracia liberal. O resultado disto é a substituição do ultranacionalismo para uma lógica antissistema poderosa, porém não tão clara quanto a do nazismo e fascismo, embora muito se assemelhem. O discurso dos extremistas de direita com o fascismo de Mussolini se assemelha no que tange a questão antiglobalista, contra a decadência das nações. Esta direita advoga sobre a instauração de uma ordem dentro dos países que vai restaurar a cultura e a identidade étnica - no entanto, sem especificar como - das nações europeias que alegadamente foram ameaçadas pela globalização (GRIFFIN, 2008). Uma característica definitiva dos partidos extremistas é a habilidade de mobilizar os

eleitores da classe trabalhadora, não com base na retórica autoritária e xenofóbica, mas sim nas preocupações socioeconômicas. Segundo o autor os eleitores passam a deixar de votar na esquerda, mais preocupada com questões socioculturais, aproximando-se da extrema-direita quando a dimensão econômica perde (RYDGREN, 2005).

No que tange os aspectos da nomenclatura desta família partidária, Mudde (2000), elucidada: ainda que estes partidos sejam constituídos de movimentos distintos, diferenciando-se um dos outros em pontos específicos, muitas de suas características comuns ainda remetem ao fascismo clássico e do Nacional-Socialismo. Na maioria das vezes, os diversos termos são apenas novas formas de chamar a mesma coisa, não divergindo muito em seu conteúdo. A maior parte das divergências se referem à política econômica e o grau de aproximação com o discurso antidemocrático (MUDDE, 2000). Norris (2005), alega que essa variação terminológica se deve ao fato de que os acadêmicos divergirem na problemática de conceitualizar estes partidos como membros de uma única família. Alguns argumentam que deveria-se identificar subfamílias, mediante às suas diferenças internas específicas como: neoliberais, ultranacionalistas ou populistas. Outro fator decorrente da variação terminológica compartilhada por estes partidos, é as profundas sanções sociais que existem contra a terminologia aproximada ao conceito de fascismo, palavra relacionada diretamente a Hitler e Mussolini. O que faz os partidos se desvencilharem de quaisquer possíveis associações com essa tradição política (NORRIS, 2005). Essa conversão de terminologia é também vista em uma conversão dos movimentos neofascistas, tais como o neofascista *Movimento Sociale Italiano*; para o então “populista de direita” *Alianza Nazionale* em 1995 (GRIFFIN, 2008).

A respeito do real caráter da extrema-direita atual e sua relação com o fascismo clássico, os autores divergem na aceção de que todos os movimentos de extrema-direita no pós-Segunda Guerra Mundial seriam parte de uma mesma tendência ou família partidária. Discutem também acerca da possibilidade destes partidos serem herdeiros do legado fascista, alguns argumentando que ainda que não sejam explicitamente fascistas, possuem discurso parecido. Segundo Ignazi (2003), há duas classes da extrema-direita moderna, a tradicional, mais ligada ao fascismo clássico e a pós-industrial, que nega quaisquer relações com o fascismo do entreguerras. A primeira o autor identifica que seria apenas residual dos antigos partidos fascistas. A segunda, de que essa extrema-direita surgiu devido aos anseios das massas acerca da vida na sociedade pós-industrial e do individualismo.

Segundo Betz (1994), a extrema-direita atual é a busca da combinação do liberalismo econômico e do indivíduo clássico com uma seleta base de conceitos sociopolíticos tradicionais da extrema-direita, fundamentalmente para aqueles que se sentem desacreditados com o status quo da política em geral. Mas salienta que o fascismo e todos os movimentos de extrema-direita similares, representam uma revolta contra a modernidade, uma espécie de “extremismo de classe média”. Tanto quanto o fascismo do entreguerras, quanto a extrema-direita no pós-guerra, é representada por uma resposta radical da classe média — que viu seu *status* e posição social ameaçadas pelo processo de modernização. Nessa interpretação o fascismo obteve sucesso devido à exploração dos medos da classe média avivados pela crise econômica. Com a queda da posição social da classe média para a classe proletária, bem como, o medo da classe média de uma revolução socialista, estes fascistas conseguiram apelar para o instinto de sobrevivência da classe que havia acelerado a industrialização e a modernização capitalista. O fascismo seria uma “revolta daqueles que perderam; diretamente, temporariamente ou permanente para a industrialização. Assim o fascismo é concebido majoritariamente como uma revolta dos *declassés* (BETZ, 1994).

Karapin, (1998) diverge do caráter neofascista dos partidos populistas de direita, pois, argumenta que os partidos de fato neofascistas, são majoritariamente fracassos na política dos países, angariando poucos votos. E, por sua vez, os partidos populistas possuem muito mais força e dinâmica nos sistemas partidários. Também faz referência ao forte conteúdo neoliberal destes partidos. Norris (2005), corrobora com Karapin (1998), pois, argumenta que classificar os movimentos e partidos de extrema-direita apenas como neofascistas revelaria um rótulo errôneo, tendo em vista que a maioria dos partidos nega quaisquer ligações com o fascismo, e possuem apoio de diferentes setores democráticos da sociedade, como neoliberais, bem como instituições públicas. Uma das principais questões que distanciam a “extrema-direita populista” e os fascistas, é a divergência no discurso anticapitalista, que os fascistas defendem, assim como no grau de apoio às instituições democráticas, questões onde a extrema-direita populista, pouco se demonstra contrária (NORRIS, 2005).

Griffin (2008), por sua vez elabora uma lista de características em comum dos movimentos fascistas no pós-guerra:

- a) um nacionalismo revolucionário descentralizado, praticado por pequenos grupos ativistas que influenciam demais camadas da sociedade, praticamente

incensurável, pois, principalmente após o advento da internet, a disseminação de discursos hostis as instituições e a democracia liberal não é mais rastreável e possível de reprimir;

b) a existência de inúmeros grupos autônomos, porém interconectados, que compartilham mesma ideologia, essa variedade ideológica interconectada, permite que o fascismo contemporâneo adapte-se com mais facilidade as nuances da sociedade. A interconexão se dá pelo anseio destes grupos de uma ordem radicalmente nova, baseada em princípios conservadores;

c) a estratégia de tensão, uma forma de ativismo violento incitada indiretamente por grupos e partidos mais influentes à “lobos solitários” ou grupos terroristas menores, que então reproduzem ataques sistemáticos às minorias e oposição. Este fato é evidenciado principalmente na Itália nos anos 70;

d) na forma de grupos, o fascismo contemporâneo mantém uma subcultura de ódio dentro dos sistemas democráticos e multiculturais, sempre que há alguma tensão social ou econômica acaba por provocar crimes de motivação racial;

e) possuem uma sofisticação ideológica que permitem juntar-se a partidos reformistas e conservadores tradicionais e incorporar elementos extremistas em demais partidos conservadores;

f) subvertem a oposição democrática para “defensores” de injustiças contra o grupo, etnia ou nação que se encontram. Utilizando-se de diferentes modos por vezes, violentos, para invalidar argumentos da oposição e angariar simpatizantes.

g) corrompe a coerências das críticas de esquerda ao status quo;

h) na encarnação da Nova Direita, por vezes respeitada em determinados países. Legitima os ataques ao multiculturalismo, alimenta medos acerca de uma decadência moral do grupo étnico ou social, de maneira mais tangencial, negando quaisquer tendências xenófobas;

i) internacionalização do discurso fascista, o fascismo pode muito bem se desenvolver tanto em países com tradições conservadoras completamente diferentes dos fascismos originais, como aconteceu nos EUA, no período pós-Kennedy e a Rússia pós-Gorbachev (GRIFFIN, 2008, p 136).

Apesar de todo atenuamento e desvencilhamento das experiências fascistas da década de 1930, o ideal fascista nunca esteve inanimado, os ataques terroristas ocasionais — praticados por grupos extremistas autônomos — demonstram a consistência dessa extrema-direita subcultural, que conta com apoio de determinados segmentos da sociedade que estão a aguardar o momento certo para uma restauração da ordem nacional (GRIFFIN, 2008). Griffin (2008) por fim, diz que as tentativas do Estado Democrático de Direito de combater o fascismo contemporâneo se demonstraram difusas e descoordenadas, em grande parte por uma falha na academia em reconhecer a transformação do fascismo, de suas premissas hierárquicas e militares que possuíam no entreguerras, para um movimento mais horizontal e sem um “rosto” identificável (GRIFFIN, 2008). Sendo assim, o fascismo no pós-guerra apresenta um leque de variedades e nuances específicas em cada um dos movimentos desconexos da extrema-direita nos países europeus. No entanto, a prerrogativa hostil às minorias e oposição ao *establishment* permanece inalterada, em maior ou menor escala (GRIFFIN, 2008).

#### 4 A EXTREMA-DIREITA NO SÉCULO XXI

Este capítulo tratará de analisar as motivações mais evidentes que levaram a emergência desta nova classe da extrema-direita — que agora será reconhecida sob alcunha de “populistas de direita” — se fortalecer ainda mais após o fim da Guerra Fria, através da terceira onda, enunciada por Von Beyme (1988). Tendo como premissa de motivação mais pontual: a crise do *establishment* político das democracias liberais, na qual é explicada por dois fatores, (i) econômico e (ii) social, juntamente com um terceiro fator estrutural e sistêmico que vem se desenvolvendo desde a Guerra Fria, a crise no modernismo. Por último cabe discutir acerca da capacidade de as instituições democráticas se defenderem de tais projetos políticos. Destaca-se que, na terceira onda, a extrema-direita está, pela primeira vez, desafiando o *establishment* político desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, há discussões sobre se o momento atual da emergência da extrema-direita ainda seria parte desta terceira onda, Nesse sentido, Cas Mudde (2016), por sua vez, enuncia esse período como, na verdade, uma nova onda, a quarta.

Como demonstrado no capítulo anterior, durante a Guerra Fria, os números totais de votos adquiridos pela extrema-direita europeia eram erráticos e aconteciam em picos de descrença populacional com o *establishment* político, ou de dificuldades socioeconômicas. No entanto, desde o final da década de 1980, os partidos de extrema-direita deixaram o ostracismo para retornar ao centro de discussões políticas dentro das nações, e assim se reestabeleceram nos sistemas eleitorais, passando a ter uma voz ativa de oposição, tanto à esquerda, quanto aos conservadores, afirmando cada vez mais, a sua popularidade e desafio ao *establishment* político (ARZHEIMER, 2018). Cabe então,

A ascensão dos votos da extrema-direita desde os anos 1980, alarmou os acadêmicos historiadores e cientistas políticos, gerando uma preocupação em relação à possibilidade de retorno de um projeto político alusivo ao período entreguerras, quando o Partido Nacional Fascista e o NSDAP emergiram da “obscuridade” para o centro de poder, visando romper com a democracia liberal. Experiências consideradas traumáticas após o fim da Segunda Guerra Mundial, entendimento esse que serviu para manter uma vigilância constante, de acadêmicos, da imprensa, e até mesmo dos governos nacionais, acerca da emergência de discursos extremistas e antidemocráticos na sociedade europeia. No entanto, Arzheimer (2018), argumenta que muitos acadêmicos e jornalistas não compreenderam a reemergência da extrema-direita durante a década de 1980. O sucesso eleitoral destes partidos não

necessariamente levariam a uma espécie de “clone” do velho fascismo, mas sim a existência de um novo movimento partidário, o qual compartilha métodos comuns ao fascismo do entreguerras. Essa vigilância, por sua vez, muitas vezes retratou a extrema-direita como uma possível volta dos “Führers”. No entanto, essa nova extrema-direita pouco se baseia no seguimento a um líder ou personalidade, como ocorreu durante o período entreguerras. Ainda assim, esses novos partidos de extrema-direita possuem líderes carismáticos como Jean-Marie Le Pen, do *Front National*. Arzheimer (2018) argumenta que há estudos que mostram que os partidos de extrema-direita desfrutam dos benefícios de um candidato carismático na mesma medida que os partidos conservadores e de esquerda.

#### 4.1 A CRISE DO *ESTABLISHMENT* E SEUS CONDICIONANTES

A principal característica da ascensão da extrema-direita no período atual, se refere principalmente à insatisfação das massas com a classe política tradicional, e do *establishment* representado por estas. A política tradicional após o fim da Guerra Fria na Europa Ocidental, se demonstrou desgastada, no que tange, principalmente, a dinâmica entre os partidos e os eleitores. Os cidadãos das nações europeias se revelam cada vez mais insatisfeitos com a democracia representativa e sua alternância de poder pouco evidente, nesse sentido, os eleitores veem a sua capacidade de escolha limitada, diante dos partidos políticos tradicionais, e mediante a isso, passam a abster-se nas eleições de seus respectivos países. Esse fato é comprovado no crescimento do número de votos em branco e inválidos nas eleições mais recentes das democracias europeias. Essa insatisfação generalizada das populações com o *establishment*, contribui para a entrada de novos partidos com programas totalmente diferentes daqueles que essas democracias estavam habituadas (BETZ, 1994).

Durante esse período, é possível também salientar que o fenômeno de extrema-direita, que antes era concebido como uma patologia da Europa Ocidental também atingiu outras regiões da Europa, como os países na porção oriental, na Grécia, na Polônia, e Hungria. Neste último, a relevância dos partidos de extrema-direita ganha tal força que conseguiu até mesmo se afirmar como governo. A mais importante razão da ascensão da extrema-direita no leste europeu se dá devido ao colapso da União Soviética e o vácuo de poder político deixado pelo comunismo nesses países, que apresentam um modelo econômico capitalista frágil (ARZHEIMER, 2018).

A razão central da ascensão da extrema-direita diante deste clima de insatisfação, como já mencionado, é sua capacidade de oferecer soluções fáceis e rápidas para situações complexas (ARZHEIMER, 2018). Tal como ocorrera em 1930, os atuais partidos de extrema-direita se apresentam como uma ruptura com o sistema político estabelecido dentro dos parlamentos das democracias europeias, personificando a classe política tradicional como corrupta e decadente. Deste modo, permite-se que os partidos de extrema-direita aumentem cada vez mais o número de votos para seus candidatos (KLAPSIS, 2014). O voto nos políticos populistas é majoritariamente interpretado como uma contraposição à economia globalizada, principalmente em regiões com queda no setor manufatureiro, que se sente ameaçada pela concorrência da China e da Europa Oriental, assim como o ceticismo acerca da União Europeia (LECONTE, 2016). Esta questão remete-se ao fato que a confiança no sistema político está erodindo, assim como, a confiança na integração econômica da União Europeia (FUNKE e col., 2016).

A causa do aumento do número de votantes nos partidos de extrema-direita no pós-Guerra Fria, estaria também relacionada com a propensão dos eleitores de realizarem um “voto de protesto”, motivado exclusivamente por sentimento de alienação perante as elites políticas e econômicas. A teoria do voto de protesto é decorrência do fato de que as populações, apesar de concordarem com as políticas defendidas pelos partidos de extrema-direita, não são fiéis aos mesmos, ao ponto de concordarem com todas as opiniões, especialmente as que popularmente possam soar extremistas demais. O voto das massas nestes partidos seria apenas uma reação da insatisfação populacional com a classe política tradicional. Nessa teoria, os eleitores votam na extrema-direita com esperança que os partidos do *establishment* reconsiderem suas posições. Uma vez que a direita tradicional fizesse esse ajuste, o apoio a extrema-direita iria desidratar (ARZHEIMER, 2018).

#### **4.1.1 Condicionante econômico: a Crise de 2008**

A questão da queda da legitimidade e credibilidade do *establishment* político é, muitas vezes, relacionada diretamente com a estabilidade econômica dos países (ARZHEIMER, 2018). Ainda que estes partidos políticos possuam divergências em certos assuntos, um dos principais elos que os ligam tanto aos diferentes partidos de extrema-direita quanto ao fascismo é o sua proliferação acentuada a partir de uma crise econômica (KLAPSIS, 2014). Durante a história, em inúmeras oportunidades que a condição econômica permaneceu

instável por um tempo significativo, a sociedade tornou-se mais propensa a apoiar representantes radicais, pondo em xeque a estabilidade política (KLAPSIS, 2014).

Durante as crises nas democracias liberais, os partidos maiores veem reduzidas as suas representações nos parlamentos e, levando a uma fragmentação política dentro destas democracias. A fragmentação dos parlamentos dificulta as chances de realizar uma reforma econômica no país e leva a uma polarização conflituosa, que restringe ainda mais, a capacidade da política de agir positivamente sobre a economia quando o país necessita (FUNKE, 2016). Uma primeira explicação para essa fragmentação política ocorrida durante as crises, é de que as crises econômicas são percebidas pela população como eventos causados pelas classes políticas, responsabilizando, desta forma, os partidos que estão no poder. A crença de que as crises econômicas advêm de uma falha administrativa ao invés de ser um fruto de choques externos aquém aos poderes governamentais, leva a população a uma maior descrença nos governos estabelecidos e na classe política tradicional. Nesta fragmentação, o número de partidos políticos aumenta e a extrema-direita surge como uma oposição a tudo que estiver estabelecido. Durante as crises econômicas, os eleitores sistematicamente são atraídos pela retórica da extrema-direita, relevando suas tendências xenófobas e ultranacionalistas, e rapidamente contribuem para a guinada à direita no sistema político (FUNKE, 2016). Klapsis (2014), enuncia, em suma: “As crises econômicas tendem superar os limites das pessoas, fazendo-as mais suscetíveis ao discurso populista e demagogo” (KLAPSIS, 2014 p.196).

Tanto na crise do período entreguerras quanto na atualidade, é possível atestar este crescimento do número de votantes nos partidos de extrema-direita. Contudo, não há um padrão no crescimento dentre os múltiplos partidos políticos de extrema-direita, pois, seu suporte eleitoral apresenta diferentes graus de variação, que ocorrem de acordo com a gravidade da crise e o contexto do respectivo país (KLAPSIS, 2014). Cabe também frisar um contraste: os partidos de extrema-esquerda não obtém sucesso com nível comparável aos de extrema-direita nas eleições realizadas após as crises. Logo, a relação causal que existiria entre as crises econômicas e a ascensão de extremismos, se prova real e positiva quase que exclusivamente ao extremismo de direita

(FUNKE e col., 2016).

No exemplo histórico, a Grande Depressão da década de 1930 afetou largamente o desenvolvimento econômico e político na Europa, a qual vinha se recuperando da Primeira

Guerra Mundial. Essa ruptura resultou na escalada do Partido Nazista e do Partido Nacional Fascista. Este último, ainda que já estivesse no poder, o contexto de então contribuiu significativamente para a radicalização do regime (KLAPSIS, 2014). Recentemente, a relação causal estabelecida por este exemplo, é novamente constatada, com o advento da Crise econômica de 2007–2008 (a maior crise econômica do capitalismo desde 1929).

Portanto, a Europa e a emergência da extrema-direita no período atual, não podem ser entendidas sem rever o impacto desta crise econômica e seus desdobramentos no continente europeu (FUNKE e col., 2016). A crise de 2008 e conseguinte de 2011 e 2012, acabou por gerar uma onda de desemprego sistêmico, e consequente queda no padrão de vida dos cidadãos europeus (KLAPSIS, 2014). Cabe lembrar que essa crise financeira global teve seu início nos Estados Unidos em 2007–2008, e foi originada a partir do estouro da bolha especulativa no setor imobiliário, também conhecida como Crise dos Subprimes, que intensificou com a falência de um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brothers. Levando à falência — em efeito dominó — de grandes instituições financeiras em âmbito global (KOLB, 2010). Imediatamente, a crise atingiu diretamente a Europa, reduzindo os investimentos. No entanto, o episódio resultou na Crise da dívida pública da Eurozona, a qual foi motivada principalmente pelas tentativas de países europeus, como Grécia e Espanha, de resgatarem as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha imobiliária, através da transferência das dívidas privadas destas instituições, para a dívida pública (LANE, 2012; BECKER, 2017). A integração europeia e a economia globalizada, contribuíram para o alastramento da crise em diversas crises internas, afetando quase todos os países da União Europeia. Este efeito em cascata resultou no aumento estratosférico da taxa de desemprego e queda no PIB per capita dos países europeus (FUNKE e col., 2016; BECKER, 2017).

A crise de 2008 teve grande impacto político na Europa, onde se observou, uma profunda queda na quantidade de votos para os governos de coalizão e grandes partidos estabelecidos. Como no caso da Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos e Portugal, o número de votos totais obtidos pelos grandes partidos diminuíram em cerca de 20% em todos esses países, desde as eleições anteriores a crise econômica de 2008 (FUNKE e col., 2016 p.21). Na Espanha, este fato é diante de que: os dois maiores partidos (o Partido Popular e o Partido Socialista Operário Espanhol) que se alternavam no poder há décadas, terem observado uma redução de 83,8% para 74,4% dos votos em seu conjunto (FUNKE e col.,

2016 p.21). No Reino Unido, o Partido Conservador obteve apenas 47% dos assentos no parlamento em 2010, tendo que realizar uma coalizão com o partido Liberal Democrata para governar, fato que não ocorria desde 1974 (FUNKE e col., 2016 p.21).

Cabe mencionar que a guinada para a direita não é um fenômeno exclusivo dos episódios da Grande Depressão da década de 1930 e da Crise de 2008. Em crises regionais específicas, a extrema-direita também encontrou terreno fértil para suas ideias. Tal como aconteceu no início da década de 1990, na crise bancária da Escandinávia de 1987, em que o Partido Progresso Norueguês passou de 3,7% dos totais de votos em 1985 para 13% em 1989, se tornando a terceira maior força política no país (FUNKE e col., 2016 p.15). O partido do Progresso Dinamarquês também dobrou seu número de votos de 3,6% em 1984 para 9% em 1988 (FUNKE e col., 2016 p.16).

A crise da dívida pública europeia também contribuiu para o fortalecimento do discurso do“euroceticismo”, pois, os cidadãos, passam a crer que a integração europeia está intimamente ligada à crise, e de que a União Europeia enfraquece as nações e é responsável pela austeridade econômica de seus países membros. Além do mais, são contribuintes para as ocorrências de imigrações em massa, dentre as quais pode-se observar um fluxo constante em direção a Europa desde 2015 (LECONTE, 2015).

#### **4.1.2 Condicionantes sociais : Imigrações e Modernidade**

A crise econômica foi um fator, mas não o único, para a queda da credibilidade do *establishment* e o sucesso da extrema-direita. Nos últimos anos, pode-se observar um aumento expressivo no número de votos para os partidos de extrema-direita também como uma reação ao aumento o número de imigrantes e refugiados no continente europeu, a crise de refugiados de 2015, é caracterizada por ser um marco expressivo nesse sentido. Entre 2014 e 2015, cerca de 2 milhões de imigrantes chegaram na europa, em comparação aos 1,6 milhões no espaço de 5 anos anteriores. As imigrações e a crise imigratória são vetores de grande papel na escalada da extrema-direita. Isso é levantado pelo fato de que, mesmo após quase 10 anos do início da crise de 2008, os partidos de extrema-direita continuam a angariar cada vez mais votos (HALLA, 2016; FUNKE e col., 2016).

Karapin (1998) argumenta que a crescente taxa de emigração para Europa, junto com aumento dos níveis de insegurança pública, beneficiaram os partidos de extrema-direita. Estes partidos, ainda que se demonstrem heterogêneos na sua política econômica em relação uns

aos outros, possuem em comum uma forte oposição às imigrações responsabilizando os imigrantes pelos problemas do país, aludindo sua suposta relação com o crime e desemprego crescente, por exemplo. Nesta alusão, a extrema-direita ganha legitimidade e relevância para as massas, uma vez que estas se sentem, de fato, ameaçadas pela imigração (ARZHEIMER, 2018). A imigração sempre foi uma bandeira dos partidos de extrema-direita na Europa, e pode ser visto essa retórica desde as emergências na década de 1980. Porém, a principal questão da problemática atual é o aumento da competição por empregos escassos, em relação aos quais os cidadãos nativos se sentem prejudicados pela presença estrangeira (ARZHEIMER, 2018). A paranoia diante a isto também está presente, identificada na aversão aos estrangeiros, principalmente os de origem muçulmana, no qual expressam um receio acerca de uma suposta “islamização” da Europa (KLAPSIS, 2014). Representantes de extrema-direita muitas vezes, incitam a xenofobia, uma retórica comum da extrema-direita de diferentes países, no que tange a identificação de um grupo nativo, étnico, religioso ou cultural que se sente ameaçado pelos grupos externos que viriam a destruir os seus valores e costumes (FUNKE e col., 2016). Neste sentido, estes estrangeiros seriam a causa de problemas graves, como terrorismo, desemprego e aumento na criminalidade. Essa personificação de todo o mal-estar do cidadão médio europeu em um único inimigo é similar com o comportamento dos fascistas na década de 1930 (KLAPSIS, 2014).

Na teoria econômica, a imigração pode ser benéfica para empregadores uma vez que aumenta a mão de obra disponível, no entanto, para os indivíduos assalariados se veem prejudicados, ainda mais no que tange a mão de obra pouco qualificada. Sendo assim, a imigração de migrantes pouco qualificados seria um problema maior do que os bem qualificados e que teria relação com o alto desemprego, acirrando uma competição entre nativos e imigrantes (HALLA e col., 2016). Outro fator, corresponde à sensação de invasão cultural, na medida que estes imigrantes passam a frequentar as escolas, bairros e ambientes de trabalho. Esta invasão cultural é mais percebida diante de imigrantes advindos de países culturalmente mais distantes dos costumes europeus como imigrantes da Turquia e Europa Oriental, os quais compõem a maioria dos imigrantes que moram na Europa Ocidental atualmente. O efeito ainda de imigrantes turcos ainda é percebido pelo viés religioso, no qual ampla maioria dos turcos são muçulmanos (HALLA e col., 2017). A contraposição a esta invasão cultural é a busca pelos valores morais e tradicionais dos povos nativos da Europa Ocidental, um sentimento nostálgico acerca da velha Europa. Os padrões demográficos que

mais se sentem prejudicados pelas políticas imigratórias confirmam que normalmente homens, cristãos, de baixa escolaridade e de maior idade são os maiores apoiadores dos partidos de extrema-direita (INGLEHART e NORRIS, 2016).

Inglehart e Norris (2016) são defensores da tese que a aversão aos imigrantes pela população europeia, seria uma “reação cultural” que aliada às crises econômicas serviria para uma maior tendência dessa população apoiar os partidos de extrema-direita. Este argumento se baseia no conceito de “revolução silenciosa”, que vem ocorrendo nas democracias liberais, mudando os valores morais da sociedade. Essa revolução silenciosa é trazida pelos valores pós-materialistas como, cosmopolitismo e multiculturalismo, representados principalmente por partidos da esquerda libertária, tais como os denominados partidos verdes, e outros movimentos sociais que advogam pelas causas de direitos humanos, igualdade de gênero e liberdades sociais.

A ascensão das premissas pós-materialistas, foi levantada na medida que a situação econômica dos países europeus melhorou após a Segunda Guerra Mundial, permitindo que as novas gerações tivessem maior acesso à educação do que seus pais. No entanto, gerou reações negativas desde seu nascimento, nos movimentos de contracultura em Maio de 1968 na França, onde estudantes conseguiram causar grande impacto neste país — neste episódio a classe trabalhadora passou a apoiar o governo vigente, dada a deficiente defesa dos interesses da classe trabalhadora no movimento, e a medida que tais anseios foram atendidos pelo governo, enxergaram na figura de De Gaulle como um garantidor da ordem e da lei, dando os gaullistas uma vitória fácil nas eleições seguintes.

A esquerda pós-materialista pouco defende as ideias materialistas clássicas (como a socialização dos meios de produção e fim da propriedade privada) desviando o foco sobre a luta de classes e desigualdades sociais. Isso provoca uma falta de diálogo e consequentemente distanciamento da classe trabalhadora, a qual era a base majoritária da esquerda anteriormente, levando os pós-materialistas a uma aproximação maior com a classe média intelectual. A esquerda pós-materialista tende a se contrair, a medida que as inseguranças econômicas avançam, e a esquerda tradicional acaba por retornar a atenção a questão da desigualdade econômica. Entretanto, as crises são muito melhor aproveitadas pelos populistas de direita, uma vez que acusam a esquerda de corroborar para a situação econômica do país e promover uma decadência cultural que levou a sociedade àquela situação (INGLEHART e NORRIS, 2016).

A contracultura alcançou níveis internacionais durante a década de 1970, com protestos nos Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e Países Baixos, corroborando para uma mudança cultural nas sociedades pós-industriais frente a pautas mais progressistas. porém, estes movimentos imediatamente causaram uma contrarreação cultural de setores mais conservadores, homens brancos e de baixa escolaridade, inclusive da classe trabalhadora, que rejeitavam os valores progressistas, gerando um sentimento de distanciamento dos valores familiares. Os setores culturais predominantes na Europa Ocidental, assim como as classes médias conservadoras passaram a reagir violentamente diante da erosão de privilégios e *status*, representados pelo surgimento dos valores pós-materialistas durante a década de 1960. À época dos movimentos pós-materialistas, os partidos reacionários a esta mudança cultural, como o *Front National* na França, eram relativamente pequenos, no entanto, na virada do século XXI, o discurso reacionário aos valores pós-materialistas se tornou muito mais presente nas sociedades ocidentais. Esta situação vem ocorrendo devido tais movimentos trazerem uma ruptura contra a moral e valor das culturas tradicionais para o meio político, trazendo pautas como, proteção do meio ambiente, cooperação cultural, direitos humanos, casamento do mesmo sexo e igualdade de gênero, para os parlamentos Desviando a atenção da clássica problemática acerca da redistribuição econômica, feita pela esquerda tradicional. Os setores já mencionados, que se sentem ameaçados por tais mudanças dos valores tradicionais, começam a se sentirem marginalizados dentro de sua própria nação a medida que há a mudança cultural. Com a globalização, multiculturalismo e imigração, a mudança cultural se tornou cada vez mais proeminente nas economias pós-industriais, gerando uma ruptura com os valores tradicionais e mudando a composição étnica destas nações (INGLEHART e NORRIS, 2016).

No texto, o autor elucida essa suposição de maneira resumida:

[...] a ascensão de partidos populistas reflete, acima de tudo, uma reação contra uma ampla gama de rápidas mudanças culturais que parecem estar erodindo os valores e costumes básicos das sociedades ocidentais (INGLEHART E NORRIS, 2016, p 30).

A reação cultural também é motivada pela da crise do estado de bem-estar social. A extrema-direita representa uma reação à modernidade e a globalização ocorrida no sistema capitalista desde a década de 1970, a qual acarretou um declive no modelo de bem-estar social europeu. Swanke e Betz (2003) argumentam que a globalização, a internacionalização dos mercados e a economia pós-industrial contribuíram para o desgaste do modelo de bem-estar

social, devido ao fato que os Estados não mais conseguem ter o controle das economias dos seus países. O estado de bem-estar protegia esses trabalhadores das “vicissitudes” do liberalismo, promovendo estabilidade econômica e política (SWANKE E BETZ, 2003). Este declínio no estado de bem-estar, ocasionava a insatisfação da população com os altos impostos. Nesse contexto os partidos *antiestablishment* começam a surgir, ainda que possuíssem relações ambíguas com o modelo estado de bem-estar social. Alguns partidos da extrema-direita passaram a propor um “liberalismo radical” defendendo privatizações e corte de impostos, o que contribuiu para o mercado a apoiá-los num primeiro momento. ainda que esses fossem contrários ao *establishment*. por outro lado, outros partidos de extrema-direita tentam resgatar o estado de bem-estar defendendo uma espécie de chauvinismo do bem-estar, no qual as políticas públicas devem atender exclusivamente os nativos do país (MUDDE, 2007)

Dada essa crítica da ineficiência do estado de bem-estar-social, a classe média pode se sentir atraída por essa premissa dada a concepção de meritocracia, individualismo e autodeterminação, mais sentidos por esta. Betz (1993) então identifica na sociedade pós-industrial, uma ruptura social no mercado de trabalho, no qual é dividido por um setor de trabalhadores de alta escolaridade, altamente competitivo, no qual desfrutam de boa posição financeira e social contando com múltiplos benefícios. Em contraparte aos trabalhadores de baixa escolaridade, no qual estão cada vez mais marginalizados, devido à expansão do setor de serviços e automação industrial, sendo afetados profundamente pelo desemprego e inseguranças econômicas. Nessa divisão pode-se identificar três grupos: (i) os trabalhadores de alto escalão do setor público, os quais defendem uma maior redistribuição econômica, e tendem a apoiar mais os partidos da esquerda liberal, (ii) os trabalhadores bem posicionados no setor privado, que no lhe concernem, defendem um corte de impostos e maior autonomia e liberdade econômica. Por fim (iii) os trabalhadores dos estratos mais baixos, de baixa escolaridade, que possuem menor capital humano o que acarreta em menor demanda por seus serviços e aumento do desemprego. Os dois últimos grupos que mais são afetados pela queda do modelo de bem-estar social decorrendo da modernização da pós-industrialização compõem os eleitores dos populistas de direita (BETZ, 1993).

Segundo Betz (1994), as pressões sociais sobre a classe média, trazidas pela modernização, foram as responsáveis para a ascensão da extrema-direita europeia novamente. Estas modernizações ocasionadas na transição do estado de bem-estar social para o

capitalismo individualista pós-industrial, aumento do multiculturalismo assim como as ideias pós-materialistas, abriram oportunidade para a emergência da extrema-direita e exemplifica a força da classe média quando confrontada pela modernidade. Conjuntamente, a questão da finitude dos recursos naturais, as consequências econômicas e sociais a respeito da destruição ambiental, e a globalização também corroboraram para a descrença nos sistemas políticos das democracias liberais modernas. Nesta descrença, o contraimento das políticas tradicionais permite o levante de ideologias extremistas, Betz (1994) levanta o argumento de que na política não há vácuo de poder, o momento que há queda de um discurso, outro se afirma, adequando-se ao estado onde a sociedade se encontra. quando ocorre a afirmação de novos discursos no cenário político, estes passam moldar a opinião pública e influenciá-la para uma determinada direção (BETZ, 1994).

#### 4.2 IMPACTOS ELEITORAIS CAUSADO PELAS CRISES

Neste ambiente de crises, tanto econômicas quanto sociais, a fragmentação política por fim se estabelece. Demonstrando que após as crises mais recentes, os partidos extrema-direita se encontram em um terreno muito mais fértil do que durante toda a Guerra Fria. Após terem conquistado seu nicho no meio político europeu nos anos 1980 e 1990 com a terceira onda (KLAPSIS, 2014; VON BEYME, 1988). A partir deste cenário, os partidos políticos de extrema-direita passam a ameaçar diretamente o *establishment* político europeu em decorrência da crise política estabelecida. Na medida que os partidos estabelecidos tiveram seus eleitores reduzidos, os partidos de extrema-direita praticamente dobraram e adquiriram seu espaço político através do aumento substancial no número total de votos e de assentos ocupados, tanto nos parlamentos nacionais, quanto no Parlamento Europeu. Em alguns casos, os partidos de extrema-direita conquistaram terceiro, segundo e até primeiro lugar nas eleições nacionais seguintes em determinados países. A exemplo disso tem-se o National Front, na França, o Partido da Liberdade da Áustria, Partido pela Liberdade nos Países Baixos e o Golden Dawn na Grécia. Atualmente estes são os partidos de extrema-direita com maior grau de ascensão na Europa (KLAPSIS, 2014).

Os resultados das eleições europeias de 2014, evidenciaram que este fenômeno de fato, possui força em escala continental. Estes extremistas que eram então inexistentes ou pouco conhecidos, foram impulsionados ao mainstream político, sob alcunha de “populistas de direita”, que, no entanto possuem uma retórica antissistema, antiliberal, xenófoba e

eurocética; até mesmo em países em que se tem suposição de que são “imunes” às retóricas destes populistas de direita. Ademais, em países que a extrema-direita já tinha alguma relevância, a crise possibilitou um aumento significativo dos votos para tais partidos e conseqüentemente sua participação efetiva nos governos nacionais, inclusive nos países de economias avançadas, incluindo França, Reino Unido, Suécia, Finlândia e Países Baixos. Muitos dos atuais protagonistas dos partidos de extrema-direita (ou populistas de direita) na Europa, tais como *Lega Nord* na Itália e o Alternativa para Alemanha (AfD), são tidos como “crianças da crise financeira” tendo sua ascensão diretamente associada com a crise de 2008. Para ilustrar, pode-se observar em que, os votos para os partidos de extrema-direita totais se valiam por 5% antes da crise de 2008. Em duas eleições depois, a média de votos escalonou para 10 e 20%, resultando em níveis muito maiores de representação parlamentar, em alguns casos, conseguiram estabelecer maioria governamental em coalizões (FUNKE e col., 2016). Ilustrando, tem-se o Partido Pela Liberdade dos Países Baixos que conseguiu aumentar seu número de votos total de 5,9% em 2006 para 15,5% em 2010, na França, o *Front National* saltou de 4,3% em 2007 para 13,6% em 2011, e na Finlândia, o partido Verdadeiros Finlandeses, saiu de 4,1% em 2007 para 19,1% em 2011 (FUNKE e col., 2016 p.15).

Mais recentemente, esses números aumentaram, como visto nas eleições de 2013 na Itália o partido *antiestablishment* denominado Movimento Cinco Estrelas, elegeu 108 parlamentares e obteve 25,5% dos votos totais. Representando uma ameaça efetiva para os partidos tradicionais (FUNKE e col., 2016 p.21). O Movimento Cinco Estrelas por fim chegou ao poder em 2017 com a coalizão com o partido mais ainda à direita, Lega Nord, após conturbado processo de formação de governo (JONES, 2018).

Outro grande exemplo é o Partido da Liberdade da Áustria, que saltou de 11% em 2006 para 20% em 2013 (FUNKE e col., 2017 p.7). Nas eleições austríacas de 2017, o candidato Norbert Hofer, do FPÖ, chegou a disputar segundo turno e foi derrotado pelo Partido Verde da Áustria, no entanto, o grande número de votos possibilitou uma coalizão com o governo eleito (THE GUARDIAN, 2017). Na França, durante as eleições presidenciais de 2017, Marine Le Pen, filha de Jean-Marie Le Pen, foi a segunda candidata mais votada durante o primeiro turno pelo *Front National*, com 21,3% dos votos, dando o direito de disputar o segundo turno contra Emmanuel Macron, no qual foi derrotada por 66,1% contra 33,9% (SERGENT e WALT, 2017).

Além dos já mencionados, é possível identificar outros partidos de extrema-direita que também vem sendo criados e ascendendo rapidamente nos mais diversos países no continente europeu. Definido por políticos estrepantes que foram capazes de adquirir grande número de votos e entrando nos parlamentos em tempo recorde. Notavelmente, os maiores exemplos de partidos recém criados de extrema-direita são o Partido Popular da Bélgica, criado após as eleições de 2010; Os Gregos Independentes, nas eleições de 2012, Irmãos da Itália, nas eleições de 2013, Renascimento, na República Tcheca, também em 2013 e Team Stronach na Áustria, nas eleições de 2013, Kukiz 15 na Polônia em 2015 (FUNKE e col., 2016).

#### 4.3 A AMEAÇA À DEMOCRACIA LIBERAL

Em virtude da mudança do discurso da extrema-direita — que diminuiu as tendências antidemocráticas e ampliou as populistas — a hipótese de um ressurgimento do fascismo nos moldes do período entreguerras não seria uma preocupação para a Europa. Entretanto, faz-se ressalvas em relação a situação atual. O número de partidários e a evolução dos votos a favor dos partidos de extrema-direita se assemelham ao período ocorrido logo após a Primeira Guerra Mundial e podem apresentar certo perigo para as democracias liberais europeias (VON BEYME, 1988). Os partidos fascistas estiveram presentes em todas as democracias na Europa durante a Guerra Fria, em maior ou menor grau. Estabelecendo uma relação conflituosa com a democracia liberal sem no entanto ser antidemocrática, a extrema-direita do *Front National*, por exemplo, vai até o limite antes de clamar o desmonte das instituições liberais na França, assim como a questão de sua ideologia partidária ser intimamente conectada com o fascismo, e o fato de protagonizar a reemergência da direita da França, trazendo novamente pautas como xenofobia e maneiras de contar a “islamização” da França (GRIFFIN, 2008).

Klapisis (2014) deixa em aberto a questão da susceptibilidade da democracia liberal frente a esses movimentos. A partir do princípio de que “a história nunca se repete”, e a questão de que, atualmente a Europa possui instituições mais sólidas do que o período entreguerras, as democracias liberais estariam seguras e seriam capazes de defender-se do extremismo (KLAPISIS, 2014). Contudo, Rosenberg (2018) argumenta que as democracias liberais operam em uma estrutura onde está apoiada pelas forças econômicas globais. Os cidadãos comuns são incapazes de perceber a democracia como forma de governo que lhes é imposta pelo controle das elites (ROSENBERG, 2018). O maior motor do sistema capitalista

é a economia, que está amparada num sistema no qual há múltiplas interdependências. Diante do fato a democracia liberal compartilha desta mesma interdependência, isto é, economia globalizada assim como as democracias liberais, regulam umas às outras. Nos sistemas capitalistas, os indivíduos são tidos como atores racionais que, ainda que sejam independentes nas suas relações econômicas, estão dentro de uma macroestrutura capitalista na qual fazem parte. Nesta estrutura os atores são contidos pelas regras de integração de mercados e comércio globalizado devido a razão de que os indivíduos econômicos, dependem uns aos outros para participar do sistema que compõe (ROSENBERG, 2018).

As elites econômicas, para manutenção deste sistema, mantêm o controle em diversas maneiras, a maioria das vezes regulando o comportamento das massas, e controlando economicamente as instituições como mídia, corporações, bancos, justiça, e parlamento. Através destas instituições as elites cooptam as massas para seguir ao modelo de democracia liberal, deslegitimando quaisquer possíveis ameaças. As democracias representativas não permitem as massas de exercer o poder de fato, pois os interesses atendidos pelos representantes das instituições em sua maioria é com a elite econômica que possui maior influência nestas instituições do que a população (ROSENBERG, 2018).

Porém, quando há um declínio econômico, aumento da desigualdade social e mudanças demográficas, as elites econômicas perdem legitimidade diante do povo, assim como as instituições que sustentam. Neste contexto, passam a competir entre si e o poder nas instituições democráticas é diminuído, e diante destas crises econômicas mais agravantes, a insatisfação popular perante ao *establishment* como um todo é suscitada, estabelecendo uma ameaça à democracia representativa que vai demonstrando-se cada vez mais fragilizada. No exemplo histórico, a democracia liberal foi interrompida, durante o período entreguerras, devido às disputas de poder entre as nações e crise da democracia representativa que pouco atendia os anseios da população (ROSENBERG, 2018). A emergência dos partidos populistas (ou de extrema-direita) é conectada intimamente com a crise do sistema democrático, principalmente sua forma representativa. As massas se sentem incapazes de mudar o destino da política e compartilham de uma impotência diante dos interesses das elites econômicas no poder (BRYDER, 2009).

A estrutura democrática frequentemente se demonstra inerentemente instável tendo em vista a relação de ascendência e queda dos movimentos de extrema-direita, com as flutuações econômicas e sociais. As massas são atraídas pelos partidos de extrema-direita que tentam

validar o discurso, no sentimento de descrença e insegurança das massas diante das inconsistências da democracia liberal e da globalização. Provendo uma solução para essa problemática (ROSENBERG, 2018). O sistema democrático é vulnerável diante desta propaganda populista e criticismo incumbidos nela (BRYDER, 2009). Os partidos de extrema-direita defendem estruturas políticas similares entre si. O norte da ideologia é a vontade do povo homogênea, na qual estes partidos se propõe como um ator que irá atender os anseios nacionais, ao mesmo tempo, que mantém a unidade e integridade dos cidadãos. As instituições políticas seriam necessárias para exercer atender esses anseios mais diretamente. A estrutura institucional que concede poder ao líder político através da vontade e somente a vontade popular lhe dá legitimidade para governar, para atender a vontade das massas (ROSENBERG, 2018).

Os atuais populistas, defendem a instituição da democracia “iliberal”, de forma básica, esta representaria o fim de todas as limitações da vontade das maiorias populares. Na qual existem instituições que “protegem” específicas anomalias da vontade popular, como a agenda de minorias e autonomia de diferentes instituições (BRYDER, 2009). Nesta percepção a ascensão dos ideais antipluralistas e homogeneizantes do populismo (através do conceito de democracia “iliberal”), acarretaria em uma espécie de “tirania da maioria”, tendo em vista que as instituições das democracias diretas raramente conseguem capturar a complexidade da opinião pública, devido ao fato de que, as maiorias podem facilmente serem influenciadas pelo próprio governo (BRYDER, 2009). Levitsky (2010) no que lhe concerne, discorda do termo “democracia iliberal”, constatando que atenua o fato de serem governos não-democráticos. Ainda que nestes governos mantenham eleições e sigam a constituição, o autor os classifica como regimes “híbridos”.

Bryder (2009) afirma que os populistas não se opõe a democracia em sua totalidade, e sim, renegam a sua forma representativa. Seus objetivos não estão baseados em abolir a constituição e introduzir uma ditadura. A democracia defendida pelos populistas é baseada em eleições, plebiscitos e referendos que são alterados por maquinações. Diferentemente dos fascistas, os populistas de direita, em sua ampla maioria (pelo menos no campo partidário) não utilizam-se da violência (além da verbal) para suprimir opositores. E desta forma, estariam respeitando os procedimentos democráticos. Apesar de relacionados, não há evidências das ligações diretas entre grupos extremistas violentos e os partidos políticos populistas de direita. Os partidos populistas de direita tentam estabelecer a democracia pelo

povo, desafiando a democracia representativa nas quais vivem. Alguns acadêmicos conectam a emergência do populismo como um indicador de mau andamento de governos democráticos e suas instituições (BRYDER, 2009).

Ainda que os populistas organizem-se em partidos políticos e disputem eleições, respeitando o jogo democrático, apenas o fazem para competir com os partidos do *establishment* dentro de seu próprio *habitat* (BRYDER, 2009). Bryder (2009), diz que o populismo por si só, não representa uma ameaça à democracia liberal. Esta ameaça existe apenas quando há emergência de algum líder, que esteja disposto a radicalizar o discurso *antiestablishment* e que possua apoio para tanto (BRYDER, 2009). Ainda que existam nichos do partido que rejeitem completamente a democracia liberal, a real ameaça estaria nas brechas cada vez maiores ocasionadas nas democracias liberais pelos partidos populistas (BRYDER, 2009). Este caso pode ser aplicado ao caso de Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria pelo partido Fidezs, partido originalmente liberal, que em meados dos anos 1980, mudou sua ideologia para um nacionalismo conservador. O governo de Viktor Orban, no poder desde 2010, é frequentemente questionado sobre o respeito às instituições democráticas, tanto pela mídia, quanto pela União Europeia, (BOZÓKI e HEGEDUS, 2017).

Rosenberg (2018), enuncia que, Na medida que estes partidos adquirirem mais apoio, aumenta-se a vulnerabilidade da governança democrática diante das alternativas populistas de direita, Os populistas angariam as massas, respeitando o jogo democrático, para atingir a legitimidade necessária e a partir disso corromperiam a democracia. Nesse sentido, a democracia liberal permite que seus algozes cheguem ao poder, e quando o acontece, é “devorada” por si própria. De outra forma, o autor enuncia que os governos democráticos podem funcionar, ainda que de forma dissonante, com populistas de direita no poder tal como Donald Trump nos Estados Unidos (ROSENBERG, 2018). Outros exemplos são Áustria e Países Baixos, Estados em que os populistas chegaram ao poder, porém, não conseguiram estabelecer as ideologias e discursos de seu programa. Desta maneira, países como Áustria e Países Baixos, no qual os partidos populistas formularam o governo, podem representar como infundado o receio acerca da ameaça às instituições da democracia liberal (ROSENBERG, 2018).

A partir da premissa que os governos populistas propostos por políticos de extrema-direita seriam danosos à democracia liberal, Bryder (2009), explica que estratégia

mais efetiva para os partidos políticos do *establishment* combater a ascensão do populismo, seria uma combinação da “cooperação, confrontação e marginalização”. Nessa teoria, os partidos populistas seriam excluídos do meio político por meio da recusa dos partidos hegemônicos de cooperar com estes e tratá-los como “inimigos da democracia”. Ao mesmo tempo em que os partidos tradicionais adapta seu discurso, visando conter os exigências da sociedade. Bryder (2009), também argumenta que o populismo pode ser visto como uma forma de redenção da democracia representativa. O populismo de direita desafia as elites a lidar com assuntos e anseios da sociedade que estavam sendo negligenciados pelos partidos do *establishment*, e a partir do atendimento destas angústias, preveniria a insatisfação de escalonar, sendo assim os partidos populistas diminuiriam, pois o motivo da sua existência não existiria mais (BRYDER, 2009). Klapsis (2014) por sua vez, alega que para contornar essa situação, é preciso dar mais ênfase no crescimento econômico nos termos de justiça social. Convencer os cidadãos europeus que o extremismo não é solução para os problemas e sim um problema em si próprio. Segundo o autor, a crise econômica, quando se esvaír, provavelmente não irá eliminar as tendências extremistas da Europa, no entanto, a enfraqueceria grandemente. Por outro lado, um agravamento da crise poderia sim significar uma ameaça a democracia liberal na Europa. Outro fator alarmante é a questão de cidadãos europeus perderem cada vez mais seu apreço pela democracia (KLAPSIS, 2014).

Por fim, a divergência dos autores e de demais acadêmicos acerca do real perigo atualmente da nova extrema-direita chegar ao poder e as problemáticas da democracia liberal em relação a isso, ainda são muitas. Por vezes, essa difusão de ideias também está relacionado ao fato que esta extrema-direita ainda não chegou ao centro de poder efetivamente. Bryder (2009) por fim traduz essa concepção de como o populismo poderia representar uma ameaça, patologia, desafio ou até mesmo a redenção da democracia representativa, porém, isso varia de acordo com o ponto de vista em questão. Afirma que, embora esses movimentos possam representar uma renovação política que traria prosperidade, também há a concepção que poderiam minar os valores democráticos. Neste caso as instituições deveriam fiscalizar e observar atentamente estes movimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais do presente trabalho, cabe realizar uma retomada das principais conclusões dos capítulos com o propósito de testar a validade das hipóteses levantadas diante do problema de pesquisa. No primeiro capítulo, foi necessário estabelecer o elo entre a direita e o fascismo — associação por vezes questionada, devido aos discursos praticados pelos fascistas, e diferentes percepções do espectro (a visão da dicotomia entre maior ou menor presença do Estado, por exemplo) juntamente aos conceitos e simbologias serem reconhecidos como semelhantes aos dos socialistas, principalmente no que tange o nazismo. Nesse sentido, concluiu-se que não há semelhança significativa entre o fascismo com o socialismo além do discurso para as massas, no qual se propõe como quebra do sistema capitalista liberal estabelecido. No que tange as simbologias e conceitos, são apenas maneiras que o fascismo encontrou para atrair os trabalhadores para seu movimento. Ademais, entende-se que o fascismo é primordialmente conservador e antimarxista, pois, surge como uma reação radical às mudanças progressistas propostas pela esquerda política.

Tendo isso em vista, comprova-se que o fascismo, é inerente ao espectro da direita, embora haja grande diferenciação entre conservadores tradicionais e os fascistas. As principais diferenças centram-se no quesito de que os conservadores promovem e defendem o *establishment* e seus privilégios; enquanto o fascismo é um movimento reacionário, o qual renuncia o *establishment* visando a restauração de tradições anteriores ou de privilégios perdidos por determinado estrato social. Em suma, o fascismo é reconhecido como sendo a última instância do reacionarismo, aspecto de suma importância para definição da extrema-direita — Ainda que nos discursos, os fascistas se descrevam como uma ideologia moderna e revolucionária.

Após a derrocada dos movimentos fascistas ao fim da Segunda Guerra Mundial, os ideais da extrema-direita encontravam-se derrotados, ainda que não completamente eliminados, permanecendo a margem do meio político e sobrevivendo em pequenos partidos e movimentos desconexos. Nesse panorama, a extrema-direita, para se livrar do ostracismo em que se encontrava, tomou como objetivo se desvencilhar dos ideais racistas e antidemocráticos do fascismo, em benefício de um discurso mais brando, o qual foi conquistado através de alianças com conservadores. A nova extrema-direita, ao se distanciar do fascismo, ganhou uma margem de atuação maior dentro das democracias europeias, alcançando sucessos maiores nas eleições nacionais. A mudança também promoveu novas

nomenclaturas para estes movimentos, os quais passaram a ser classificados como “Populistas de direita” pelos acadêmicos.

Os partidos populistas de direita podem distinguir-se uns dos outros, no que tange às políticas econômicas, na medida em que alguns compartilham as ideias econômicas de cunho liberal e neoliberal, e outros possuem tendências mais protecionistas. Além disso, é muito comum os novos movimentos dos partidos de extrema-direita (ou populistas de direita) apelarem para uma identidade antissistêmica, opositora às velhas classes políticas de seus respectivos países. Contudo, estes partidos e políticos expoentes não chegaram a clamar o desmonte das instituições tradicionais, tal como fizera os fascistas, tendo a noção de que a maioria de seus eleitores são favoráveis à manutenção da democracia liberal.

Durante a década de 1980, os populistas de direita, conseguiram ocupar efetivamente os parlamentos europeus, obtendo o direito a alguns assentos. Desde então, esses partidos têm uma posição estabelecida dentro das democracias europeias, constituindo-se em um grupo partidário comum. No terceiro capítulo, conclui-se que a escalada da extrema-direita é um fenômeno cíclico e seu apoio, bem como os votos obtidos pelos partidos políticos que representam, são condicionados pela descrença da população nas classes políticas tradicionais, motivadas por pelas dificuldades econômicas e sociais.

Em relação às hipóteses elaboradas para responder o problema de pesquisa, conclui-se que a primeira é comprovada; a qual se propôs que as crises econômicas seriam a chave para o entendimento da emergência da extrema-direita no continente europeu. Neste trabalho, verificou-se que as crises econômicas, tanto da década de 1930 quanto em 2007–2008, tiveram grande impacto na sociedade e na política europeia, contribuindo similarmente para o aumento do apoio à extrema-direita. No entanto, entende-se que essas crises são apenas o estopim para a escalada da extrema-direita. As ideias nacionalistas e xenófobas estão latentes nas nações europeias e se materializam a medida em que ocorrem incongruências no sistema capitalista. Com isso, a crise econômica oferece, somente, a oportunidade para a extrema-direita de aumentar sua atuação nas democracias estabelecidas.

No que tange o período atual, a extrema-direita vêm reorganizando-se desde o fim da Guerra Fria. Esse ato relaciona-se com o desgaste do modelo de bem-estar social na Europa, bem como, uma contraposição à globalização e aos ideais pós-materialistas (que pouco conseguem ser aceitos pela sociedade devido à desconexão do discurso com as massas populares).

A respeito da segunda hipótese — que a extrema-direita atual, sob a alcunha de “populistas de direita”, possuiria algum grau de relação com os fascistas e que, nesse sentido, representaria uma ameaça às democracias liberais — é comprovada parcialmente, tendo como ressalva que; a extrema-direita atualmente se mantém o mais distante possível de quaisquer associações com o fascismo do período entreguerras, dado o estigma que este termo carrega. Esse distanciamento exemplifica-se no fato de os partidos de extrema-direita negarem o racismo biológico do fascismo, substituindo-os por um nativismo excludente, caracterizado como “racismo cultural” ou etnopluralismo por autores como Rydgren (2007).

No que tange as premissas autoritárias, a extrema-direita atual se autoproclama antidemocrática, embora possua relações conflituosas com a democracia liberal, devido à mesma representar o *establishment*. É reconhecido que a maioria destes partidos não têm como objetivo a revogação da constituição nacional e instauração de uma autocracia. Não obstante, alguns partidos de países específicos criticam as instituições democráticas no que tange a burocracia, representatividade e balança de poderes. Clamando pela construção de um modelo democrático que promova uma relação direta entre o povo e o governo, sobre a premissa de que o anseio das maiorias é soberano. Essa legitimidade diante do povo permitiria o governo eleito trespassar sobre as instituições que limitam certos poderes. Neste cenário, os governos passariam a ameaçar a democracia liberal, em virtude de que as maiorias populares podem tanto serem influenciadas, como alienadas no processo político. Levanta-se a hipótese de que existam fraudes em plebiscitos e referendos realizados pelos governos populistas de direita (BRYDER, 2009). Ademais, Griffin (2008) estabelece essa espécie de governo como sendo uma forma “iliberal” de democracia e Levitsky (2010) o caracteriza como um “regime híbrido”.

Esta forma de governo pode ser observada, atualmente, no caso de Viktor Orbán na Hungria; e, em menor grau, no governo do partido Justiça e Liberdade na Polônia (BOZÓKI e HEGEDUS, 2015). Alguns autores argumentam que a resiliência da democracia liberal depende da consistência das instituições locais, como no caso da Áustria que é, e já foi, governada por um partido de extrema-direita e que não sofreu grandes impactos em sua democracia. Elevando essa análise em um âmbito global, pode-se argumentar que também seria o mesmo caso de Donald Trump nos Estados Unidos. No entanto, apesar de não se ter demonstrado nenhuma ameaça à democracia estadunidense, é levantado por alguns autores a problemática de que o seu governo não foi exposto ao tempo necessário para comprovar se

teria, ou não, tendências antidemocráticas (LEVITSKY, 2018). A mesma problemática pode ser lida diante dos casos de Mateo Salvini na Itália e Jair Bolsonaro no Brasil, ambos eleitos em 2018 (STILLE; LONDOÑO E DARLINGTON, 2018).

Tendo-se em vista estes resultados, este trabalho deixa como sugestões futuras a realização de um estudo mais aprofundado — principalmente em língua portuguesa — acerca da emergência da extrema-direita e de seus possíveis desdobramentos, caso venha a alcançar importantes posições de poder nos parlamentos europeus. De forma que também amplie-se o escopo, dado ao fato que este fenômeno também é percebido em outras regiões do mundo, como supramencionado. Fica em aberto também entender se essas tendências seriam definitivas ou apenas mais uma onda de extremismo pela qual as democracias liberais passariam, tal como ocorrera em outros momentos. Contudo, caso comprovado como uma tendência definitiva, deve-se tentar responder as possíveis implicações para a organização do Sistema Internacional diante disso.

## REFERÊNCIAS

- ARZHEIMER, Kai. Explaining electoral support for the radical right. **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, p.143, 2018.
- BARROS, A. D. R. **Que é Fascismo**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- BERTONHA, João. F. **Sobre a Direita: Estudos sobre o Fascismo, Nazismo e o Integralismo**. Maringá: Eduem, 2008.
- BECKER, Bo; IVASHINA, Victoria. Financial repression in the European sovereign debt crisis. **Review of Finance**, v. 22, n. 1, p.83-115, 2017.
- BETZ, Hanz-Georg. **Radical Right-Wing Populism in Western Europe**. Londres: The Macmillan Press, 1994.
- \_\_\_\_\_, Hans-Georg. The two faces of radical right-wing populism in Western Europe. **The Review of Politics**, v. 55, n. 4, p.663-686, 1993.
- BOZÓKI, András; HEGEDUS, Dániel. Um regime híbrido com limitações externas: A Hungria na União Europeia. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 55, p.99-114, 2017.
- BRYDER, Tom. **Populism—a threat or a challenge for the democratic system?**. University of Copenhagen. 2009.
- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. **História do século XX**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- FUNKE, Manuel; SCHULARICK, Moritz; TREBESCH, Christoph. Going to extremes: Politics after financial crises, 1870–2014. **European Economic Review**, v. 88, p.227-260, 2016.
- \_\_\_\_\_, Manuel; TREBESCH, Christoph. Financial Crises and the Populist Right. **ifo DICE Report**, v. 15, n. 4, p.6-9, 2017.
- GENTILE, Emilio. **The Origins of Fascist Ideology 1918-1925**. Oxford: Enigma Books, 2005.
- GREGOR, James. **The Ideology of the Fascism**. Toronto: Collier-Macmillan Canada, 1969.
- GRIFFIN, Roger. **A Fascist Century: Essays by Roger Griffin**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. Editado por Matthew Feldman.
- HALLA, Martin; WAGNER, Alexander F.; ZWEIMÜLLER, Josef. Immigration and voting for the far right. **Journal of the European Economic Association**, v. 15, n. 6, p.1341-1385, 2017.
- HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

IGNAZI, Piero. **Extreme Right Parties in Western Europe**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003. (Comparative Politics).

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash. **HKS Faculty Research Working Paper Series** v. RWP16-026, Ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2818659>>. Acesso em: 9 nov 2018.

JONES, Gavin; GIORGIO, Massimiliano di. Italy's Conte sworn in as PM of anti-establishment government. **Reuters**. Estados Unidos, 1 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-italy-politics/italys-conte-sworn-in-as-pm-of-anti-establishment-government-idUSKCN1IX49T>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

LANE, Philip R. The European sovereign debt crisis. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 26, n. 3, p.49-68, 2012.

LECONTE, Cécile. From pathology to mainstream phenomenon: Reviewing the Euroscepticism debate in research and theory. **International Political Science Review**, v. 36, n. 3, p.250-263, 2015.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

LONDOÑO, Ernesto; DARLINGTON, Shasta. Jair Bolsonaro Wins Brazil's Presidency, in a Shift to the Far Right. **The New York Times**. Nova Iorque, p.1-1. 28 out. 2018. Disponível em:<<https://www.nytimes.com/2018/10/28/world/americas/jair-bolsonaro-brazil-election.html>>. Acesso em: 1 jan. 1.KARAPIN, Roger. Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. **Comparative Politics**, Nova Iorque, v. 30, n. 2, p.213-234, jan. 1998. Mensal. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/422288>>. Acesso em: 23 set. 2018.

KLAPSIS, Antonis. Economic crisis and political extremism in Europe: from the 1930s to the present. **European View**, v. 13, n. 2, p.189-198, 2014.

KOLB, Robert. **Lessons from the financial crisis: Causes, consequences, and our economic future**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2010.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

MUDDE, Cas. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NOLDE, Ernst. **La crisis del sistema liberal y los movimientos fascistas**. Madrid: Península, 1971.

NORRIS, Pippa. **Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005. Disponível em:

<<http://www.cambridge.org/9780521849142>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PASSMORE, K. **Fascism: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. O nazismo como colonização da sociedade. in Milman, Luis; Visentini, Paulo Fagundes. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2000.

ROSENBERG, Shawn W.. **Democracy Devouring Itself: The Rise of the Incompetent Citizen and the Appeal of Right Wing Populism**. in Psychology of Political and Everyday Extremism. Irvine: University of California, 2018. Disponível em <<https://escholarship.org/uc/item/8806z01m>>. Acesso em: 11 nov 2018

RYDGREN, Jean. Is extreme right-wing populism contagious? Explaining emergence of a new party family. **European Journal Of Political Research**, Oxford, v. 44, p.413-437, 2005.

RYDGREN, Jens. **The Sociology of the Radical Right**. Annual Review of Sociology, N. 33. 2007

SWANK, Duane; BETZ, Hans-Georg. Globalization, the welfare state and right-wing populism in Western Europe. **Socio-Economic Review**. Oxford: Oxford University Press, v. 1, n. 2, p.215-245, 2003.

SERGEANT, Claire; HÉNIN-BEAUMONT; FARAND, Chloe. French election: Marine Le Pen wins through to final presidential showdown against Emmanuel Macron. **The Independent**. Reino Unido, 23 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/french-election-latest-marine-le-pen-second-round-first-results-suggest-a7698191.html>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

STILLE, Alexander. How Matteo Salvini pulled Italy to the far right. **The Guardian**. Londres, p.1-1. 9 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2018/aug/09/how-matteo-salvini-pulled-italy-to-the-far-right>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

THE GUARDIAN, **Austrian president approves far-right Freedom party joining coalition government**. Reino Unido, 16 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/dec/16/austrian-president-approves-far-right-freedom-party-role-in-coalition-government>>. Acesso em: 9 nov. 18.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O ressurgimento da extrema direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. MILMAN, L. VISENTINI, p.F. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000.

VON BEYME, Klaus. **Right-Wing Extremism in Western Europe**. Nova Iorque: Routledge, 1988.

WALT, Vivienne. Macron Has Won a Historic French Election. Now, the Hard Work Begins. **Time**. Paris, 08 maio 2017. Disponível em: <<http://time.com/4769931/emmanuel-macron-wins-french-election/>>. Acesso em: 9 nov. 2018.